



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
LICENCIATURA EM HISTÓRIA

JÚLIA INÊS ARAÚJO DE SANTANA

**Entre a produção e a reprodução social: a reivindicação das trabalhadoras por creches
no Brasil e na Paraíba (1980-1986)**

JOÃO PESSOA

2025

JÚLIA INÊS ARAÚJO DE SANTANA

**Entre a produção e a reprodução social: a reivindicação das trabalhadoras por creches
no Brasil e na Paraíba (1980-1986)**

Monografia apresentada ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Graduação em Licenciatura Plena em História.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva

JOÃO PESSOA

2025

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S231e Santana, Julia Ines Araujo de.

Entre a produção e a reprodução social : a
reivindicação das trabalhadoras por creches no Brasil e
na Paraíba (1980-1986) / Julia Ines Araujo de Santana.
- João Pessoa, 2025.
59 f.

Orientadora : Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva.
TCC (Graduação) - Universidade Federal da
Paraíba/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,
2025.

1. Creche. 2. Reprodução social. 3. Movimento das
mulheres. I. Silva, Ana Beatriz Ribeiro Barros. II.
Título.

UFPB/CCHLA

CDU 331-055.2

JÚLIA INÊS ARAÚJO DE SANTANA

**Entre a produção e a reprodução social: a reivindicação das trabalhadoras por creches
no Brasil e na Paraíba (1980-1986)**

Monografia apresentada ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Graduação em Licenciatura Plena em História.

RESULTADO: _____ NOTA: _____

João Pessoa, _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva
Departamento de História – Universidade Federal da Paraíba
Orientadora

Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira
Departamento de História – Universidade Federal da Paraíba
Examinador

Prof. Dr. Vanderlan Paulo de Oliveira Pereira
Departamento de Metodologia da Educação – Universidade Federal da Paraíba
Examinador

A todas as mães que diariamente movem oceanos por seus filhos e, principalmente, à minha mãe, que, mesmo nas piores tempestades, nunca desistiu de mim. Sem ela, não haveria eu.

AGRADECIMENTOS

À minha versão mais jovem, tão cheia de sonhos e determinação, que passava na frente da UFPB dentro do 301 e sonhava em estudar nesse lugar, mesmo parecendo algo tão distante. Pode não ter sido como você idealizou, mas viver o real é melhor do que viver sonhando. Espero conseguir resgatar o que sobrou dela dentro de mim e, com toda a determinação que apenas uma adolescente pode ter, continuar transformando esses sonhos em realidade. Você tem muito a viver, se não tiver medo da vida. O tempo é agora.

A todos os professores que se fizeram presentes na minha vida, da Educação Infantil ao Ensino Superior, cada um deixou marcas e contribuiu imensamente para quem eu sou hoje. Especialmente a Tiago Bernardon, Vanderlan Paulo, Ariane Sá, Priscilla Gontijo e Claudia Cury, que entre projetos, aulas e conversas de corredores me fizeram amar cada vez mais o ensino e a pesquisa. Assim como a minha orientadora, Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva, que com toda sua simpatia e carinho, mostrou como o ambiente acadêmico pode ser um espaço de acolhimento e memórias positivas. Espero conseguir inspirar e ensinar meus alunos o tanto quanto vocês fizeram comigo.

Aos meus amigos, aqueles que me acompanham desde o Ensino Médio, como Bruna, Douglas, Giovana e Pedro, os que encontrei nessa jornada acadêmica, como Mahari, Ana, Brenno, Enzo, Luiz, Isaura, Rickelmy, Ana Júlia e Matheus, e aqueles que conheci ao longo do caminho, como Elisabeth, Juan, Gabriela, Gabriel, Pedro, Victor, Maya, Cauã, Bianca, Maria Clara, Arthur e tantos outros. Entre cafés, viagens, ligações, fofocas, piadas bestas e conselhos de vida, eles me ajudaram a superar as dores e me proporcionaram momentos de risada quando minha maior vontade era me acabar em lágrimas.

A todos da minha família que, de alguma forma, se fizeram presentes nesta jornada, entre estes meu irmão Júlio César. Guardo um agradecimento ainda maior à minha avó Inês, mulher forte e cheia de garra, mãe de 5, avó de 7 e bisá de 4. Vovó sempre esteve presente em todas as fases da minha vida, me lembrando todos os dias que a bondade é a maior virtude da humanidade. Suas histórias sobre a dura vida no campo me inspiraram e me incentivaram a escrever sobre as mulheres camponesas e suas lutas. Carrego comigo teu nome e a danação de sermões que me destes, eles me fizeram e me fazem uma pessoa melhor.

A dois serezzinhos que constantemente me fazem sorrir: meu pequeno Noah e minha gatinha Shuri. Ela nunca vai ler isso, mas espero que um dia ele leia e veja o nome dele no trabalho que a titia fez. Noah, com sua inocência de criança, seu excesso de energia e de amor transbordante, me salvou nos pequenos detalhes. Ao jogar bola no terraço, brincar de

esconde-esconde e organizar a fazendinha, ele me fez perceber o que realmente vale a pena ser vivido.

Para o meu melhor amigo e meu amor, Eduardo, todos os agradecimentos do mundo não são suficientes. Ele segurou minha mão, acreditou no meu potencial, secou minhas lágrimas, me encheu de carinho e cuidado. Acreditar no amor é muito fácil quando se está ao seu lado. Que esse seja apenas o começo da escrita da nossa história.

O meu maior agradecimento sempre será para a pessoa que estive ao meu lado desde o meu primeiro dia de vida, da primeira batida do coração, da primeira respiração e da primeira lágrima, minha mãezinha. Tudo foi por você e sempre vai ser por você. Cada pedaço meu, tem uma parte de ti. Não existe nada mais puro, nada mais real e nada mais intenso do que nossos corações batendo lado a lado. Que seja sempre assim, eu e você, na mesma frequência. Te amo, Mércia Galdino.

Eles dizem que é amor.

Nós dizemos que é trabalho não remunerado.

(Silvia Federici, 2019)

RESUMO

O presente trabalho busca analisar a participação das mulheres em diferentes frentes de luta em prol da constituição de um serviço de creches públicas para os filhos das trabalhadoras nos anos de 1980, tanto no meio urbano quanto no meio rural. As principais fontes históricas utilizadas foram o jornal feminista *Mulherio*, que contribuiu para a visibilização de variadas pautas referentes aos direitos das mulheres trabalhadoras, entre elas a luta por creches e o caderno do Primeiro Encontro Nacional de Creches. Ambos os documentos foram produzidos pelas pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas e disponíveis no repositório digital da instituição. No tocante ao suporte teórico, o estudo parte da perspectiva teórica da Teoria da Reprodução Social (TRS), vista como essencial para compreensão da opressão de gênero na sociedade capitalista. As principais referências incluem os estudos de Lise Vogel (2022), Tithi Bhattacharya (2023; 2019) e Cinzia Arruzza (2023; 2019). Além disso, dialogamos com a História Social do Trabalho, resgatando Petersen (1997), Thompson (1987), Silva (2022), entre outros, para abordar a experiência das mulheres da classe trabalhadora a partir do contexto histórico em que viviam. A leitura das fontes na perspectiva da Teoria da Reprodução Social e da História Social do Trabalho possibilitou a percepção de aspectos essenciais para compreensão dessas sujeitas históricas em tal conjuntura, tendo como cerne a relação entre a demanda do movimento das mulheres pela expansão da rede de creches com a divisão empreendida pelo capitalismo entre trabalho de produção e de reprodução. Assim, propõe-se uma história da classe trabalhadora que vai além do chão da fábrica e do trabalhador assalariado, ou seja, que parte de uma visão integrativa desta classe, incluindo também as lutas relacionadas à reprodução social como elemento central das sociedades humanas.

Palavras-chave: Creche. Reprodução Social. Movimento das mulheres. Movimento feminista. Movimentos sociais. Trabalho.

ABSTRACT

This paper analyzes women's participation in various struggles for the establishment of public childcare services for the children of working class women in the 1980s, both in urban and rural areas. The main historical sources used were the feminist journal *Mulherio*, which contributed to the visibility of various issues related to the rights of working women, including the struggle for childcare centers, and the notebook of the First National Childcare Meeting. Both documents were produced by researchers at the Carlos Chagas Foundation and are available in the institution's digital repository. The theoretical framework for this study is based on the theoretical perspective of Social Reproduction Theory, seen as essential for understanding gender oppression in capitalist society. Key references include studies by Lise Vogel (2022), Tithi Bhattacharya (2023; 2019), and Cinzia Arruzza (2023; 2019). Furthermore, we engage with the Social History of Labor, drawing on Petersen (1997), Thompson (1987), Silva (2022), among others, to address the experience of working-class women from the historical context in which they lived. Reading the sources from the perspective of Social Reproduction Theory and the Social History of Labor allowed us to perceive essential aspects for understanding these historical subjects in this context, focusing on the relationship between the women's movement's demand for the expansion of childcare centers and capitalism's division between production and reproduction labor. Thus, we propose a history of the working class that goes beyond the factory floor and the wage worker, that is, one that begins with an integrative vision of this class, also including the struggles related to social reproduction as a central element of human societies.

Key words: Childcare. Social Reproduction. Women's Movement. Feminist Movement. Social Movements. Labor.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - DO MOVIMENTO FEMINISTA AO MOVIMENTO DAS MULHERES: A LUTA POR CRECHES NO BRASIL	17
1.1. “Quando novos personagens entram em cena”: Os movimentos populares nos anos finais da Ditadura Militar	17
1.2. “Quem pariu Mateus que o embale”: O debate acerca da creche nas páginas do <i>Mulherio</i>	22
CAPÍTULO 2 - PARA ALÉM DAS PÁGINAS DO JORNAL: O PRIMEIRO ENCONTRO NACIONAL DE CRECHES	31
2.1. “Uma terra de ninguém, que pode ser de todos”: As mulheres se reúnem em prol de uma reivindicação	31
2.2. “Se alguém me perguntar o que é creche, eu não sei”: As trabalhadoras rurais reivindicam a creche na Paraíba	39
CONCLUSÃO	51
REFERÊNCIAS	54

INTRODUÇÃO

Nos dias atuais uma série de aspectos do trabalho reprodutivo, responsável por garantir a manutenção diária e a reposição geracional da classe trabalhadora, passaram a ser socializados através da iniciativa estatal. Um exemplo disso é o Artigo 208, inciso IV, da Constituição Federal do Brasil de 1988, que coloca como obrigatoriedade do Estado a garantia do atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade; assim como o Artigo 7, inciso XXV, que afirma ser um direito dos trabalhadores urbanos e rurais essa assistência de forma gratuita aos seus filhos¹.

Apesar desses avanços, há uma desigualdade de gênero, de raça, de classe e de regionalidade persistente na realidade brasileira. Mesmo com um aumento cada vez maior da participação das mulheres no trabalho produtivo, elas ainda seguem sendo as pessoas preponderantemente responsabilizadas pelo trabalho reprodutivo. Segundo dados do IBGE, em 2022 as mulheres dedicaram 9,6 horas por semana a mais do que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas, entre essas as mulheres que se declararam pretas tinham a maior taxa de realização de afazeres domésticos.²

Somada a tal problemática, a desigualdade em relação ao acesso à creche persiste e se ampliou nos últimos anos, mesmo com as obrigações destacadas na legislação. Atualmente, em 2025, quase 2,3 milhões de crianças sofrem com dificuldade de acesso à creche por conta da falta de vagas ou de unidades próximas ao local onde moram³, os números mais expressivos em relação a essa problemática ocorrem no meio rural e a disparidade regional persiste, sendo o Norte e o Nordeste as regiões onde os indicadores se encontram mais críticos. Em 2022, no Sudeste e no Sul cerca de 41% das crianças tinham acesso a esse serviço, enquanto no Nordeste e no Norte esse número cai drasticamente para 28,7% e 16,6% respectivamente.⁴ Já em relação a desigualdade rural e urbana, dados de 2018 apontam que

¹ Brasil, 1988.

² Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023. Disponível em:

<<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37621-em-2022-mulheres-dedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais-do-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>>.

³ Dados da ONG Todos Pela Educação, 2025. Disponível em:

<<https://www.cnnbrasil.com.br/educacao/acesso-desigual-a-creches-se-amplia-entre-ricos-e-pobres-no-brasil/>>.

⁴ Dados do Censo de 2022. Disponível em:

<<https://fundacaomariacecilia.org.br/noticias/desigualdades-no-acesso-a-creche-e-a-pre-escola-persistem-revela-censo-2022/>>.

cerca de 81,7% das crianças de até três anos e 11 meses não usufruíam desse serviço por conta da falta de creches próximas às suas moradias.⁵

No contexto internacional, assim como no Brasil, o neoliberalismo ocasionou cortes em serviços públicos, produzindo um aumento da sobrecarga do trabalho reprodutivo nas famílias, em especial, nas mulheres. Também resultou em uma financeirização crescente nesse campo, principalmente em países desenvolvidos e em áreas urbanas, transformando-o em mercadoria lucrativa e, conseqüentemente, inacessível para famílias mais pobres. Já se fala sobre uma crise do cuidado ou da reprodução social no capitalismo contemporâneo, um problema cada vez mais crescente e estudado por várias pesquisadoras⁶.

Portanto, faz-se de suma importância analisar e ressaltar as lutas em torno da reprodução social a partir de um recorte de gênero, raça, classe, nacionalidade e região, refletindo acerca dos desafios para uma coletivização do trabalho doméstico, ainda relegado à mulher, que acaba sendo levada a hierarquizar suas funções dentro e fora do lar, dificultando o equilíbrio entre família e trabalho, ocasionando um esgotamento social e prejudicando um conjunto de capacidades sociais, como a “disponibilidade de dar à luz e criar filhos, cuidar de amigos e familiares, manter lares e comunidades mais amplas e sustentar conexões em geral”.⁷

Para as teóricas da Teoria da Reprodução Social (TRS), conquistas e avanços nessa área não ocorrem apenas por conta da necessidade do capital de expansão da força de trabalho com a inclusão das mulheres, às quais o peso desse trabalho recai, mas também pelos esforços da própria classe trabalhadora na luta por melhores condições de reprodução social, ou seja, são resultado dos conflitos de classe em um determinado contexto histórico e social.⁸ Dessa maneira, percebemos como é necessária e contínua a luta pela expansão, manutenção, valorização e otimização dos serviços públicos voltados para o cuidado, em um sistema que desde suas origens colocou a mulher em uma posição subalternizada, para explorar sua força de trabalho, que “ora se põe no mercado como mercadoria a ser trocada, ora se põe no lar enquanto mero valor de uso”.⁹

No Brasil, as lutas em torno da reprodução social se desenrolam de maneira mais expressiva entre os anos finais da década de 70 e o decorrer da década de 80 com o aparecimento dos movimentos populares contestadores da ordem social vigente, entre eles o

⁵ Dados da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2020. Disponível em: <<https://pp.nexojornal.com.br/dados/2020/09/23/qual-e-a-demanda-por-vagas-em-creche-no-brasil>>.

⁶ Ver Fraser (2023) *in* Bhattacharya (2023).

⁷ Fraser, 2023, p. 46.

⁸ Vogel, 2022; Bhattacharya, 2023.

⁹ Saffioti, 2013, p. 96.

movimento das mulheres e o movimento feminista. A partir das trocas entre o movimento das mulheres, o movimento feminista e o movimento dos trabalhadores, as mulheres negaram a posição de subalternidade em que foram colocadas e se organizaram de variadas formas para pressionar o Estado e a classe dominante em prol da obtenção de direitos enquanto mulheres e trabalhadoras, como a constituição de um serviço público de provimento de creches para os seus filhos. A militância do jornal *Mulherio* em torno das creches e de outras demandas das mulheres, e o Primeiro Encontro Nacional de Creches realizado pela Fundação Carlos Chagas, são exemplos dessa luta que se expandiu para várias regiões brasileiras, reunindo mulheres da classe trabalhadora de diferentes realidades sociais.

Dito isso, para focar no papel do gênero e na opressão de gênero no capitalismo, o presente trabalho se propõe a pensar tais questões sob a ótica da Teoria da Reprodução Social, apoiando-se principalmente nas autoras Lise Vogel e Tithi Bhattacharya, que utilizam a categoria “reprodução social” enquanto um amplo corpo de atividade vital que

[...] não apenas cria e mantém a vida no sentido biológico, ela também cria e mantém nossa capacidade de trabalhar – ou o que Marx chamou de “força de trabalho”. E isso significa moldar as pessoas com atitudes, disposições e valores, habilidades, competências e qualificações “certas”. Em resumo, o trabalho de produção de pessoas supre algumas das condições – materiais, sociais e culturais – fundamentais para a sociedade humana em geral e para a produção capitalista em particular. Sem ele, nem a vida nem a força de trabalho estariam encarnadas nos seres humanos.¹⁰

Portanto, a categoria da reprodução social é vista aqui como central na compreensão da posição subalterna ocupada pela mulher no capitalismo, dado seu papel na reprodução da força de trabalho, seja ela realizada no âmbito doméstico, dentro da família, ou fora do lar, pelo Estado ou instituições privadas. Portanto, o intuito é analisar como a luta por direitos da mulher trabalhadora e assalariada, seja do meio rural ou urbano, se relaciona, e muitas vezes se tensiona com o trabalho doméstico realizado no âmbito familiar, com enfoque no cuidado das crianças.

Em sua maioria, as pesquisas que analisaram as mobilizações em torno de creches públicas para os filhos da classe trabalhadora no recorte temporal mencionado limitaram-se à região Sudeste. No levantamento bibliográfico realizado para esta pesquisa, foi encontrado um número expressivo de trabalhos que tinham esse recorte geográfico, entre eles a tese *O Protagonismo das mulheres nos movimentos sociais da periferia: memórias e experiências dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo 1972-1988* de Carlos Alberto Nogueira Diniz (2018); as dissertações *Marcas da história da creche na cidade de São Paulo: as lutas no*

¹⁰ Arruzza; Bhattacharya, Fraser, 2019, p. 38.

cotidiano (1976-1984) de Darci Terezinha de Luca Scavone (2011), *Direito à creche: um estudo das lutas das mulheres operárias no município de Santo André* de Reny Scifoni Schifino (2012), *É pegar ou largar: a luta de mulheres trabalhadoras na Ilha do Governador pelo direito à creche* de Jane Chalão Lucchesi (2017), *Iniciativas populares: o movimento comunitário e a educação infantil na Baixada Fluminense* de Edson Cordeiro dos Santos (2013) e *Tecendo o urbano, fazendo-se gente e cidadão: Associação de Moradores e Movimento de Luta pró-creche, Cidade Industrial 1976-1986* de Maria da Conceição M. Gouveia Lisboa Costa (1995), que trata de Belo Horizonte.

Por outro lado, os trabalhos encontrados disponíveis na internet que abordam a temática em outras regiões se limitam à monografia *Organização das Creches no DF [Distrito Federal] (1970)* de Stefanny Honorato Leandro (2020), e *Creches Casulo no Amazonas: infância, história e educação, 1979-1999* de Kelly Rocha de Matos Vasconcelos (2023), único trabalho encontrado com enfoque na região Norte.¹¹

Assim, realizamos neste trabalho um esforço para expandir as pesquisas acerca da participação de outros Estados e regiões do Brasil no movimento pela instituição da rede de creches públicas, com o intuito de compreender as dinâmicas e interconexões do movimento de mulheres, centralizado na classe trabalhadora, para além do eixo Rio de Janeiro-São Paulo. Afinal, partindo dos estudos de Petersen (1997), Thompson (1987) e Bhattacharya (2023), interpreta-se que a experiência das mulheres da classe trabalhadora paraibana, por exemplo, desenvolve-se em uma conjuntura social e histórica que as diferencia em determinado grau daquela experienciada pelas trabalhadoras do Sudeste, Sul, Centro-Oeste ou das outras regiões ainda não esmiuçadas.

Tendo em vista a ausência de estudos acerca dessa temática relacionados ao Nordeste e às trabalhadoras rurais, o caso da Paraíba foi centralizado, focando na força e protagonismo do movimento das trabalhadoras rurais do Estado, que através dos sindicatos e outras organizações, como o MMB e o MMT/PB, lutavam por melhores condições para todos os camponeses e também no enfrentamento de problemas específicos da mulher camponesa. Assim, dialogando com pesquisas de fôlego acerca das mulheres camponesas na Paraíba, como Ferreira (2017), Silva (2022) e Miele (1985), procurou-se identificar as especificidades das trabalhadoras paraibanas dentro do contexto nacional em relação à reprodução social e à instituição de uma rede de creches públicas a partir da realidade do campo, que tem aproximações, mas também distanciamentos do meio urbano.

¹¹ A possível existência de outros trabalhos que abordem o Norte, Nordeste ou Centro-Oeste não pode ser ignorada, mas até o momento não foram encontrados.

As fontes que possibilitaram a construção dessa narrativa foram o jornal feminista *Mulherio* e o caderno com as falas das participantes do Primeiro Encontro Nacional de Creches, ambos disponíveis no repositório digital da Fundação Carlos Chagas. Acerca da imprensa no Brasil, Luca e Martins¹² afirmam que

Os impressos que por aqui circularam em duzentos anos não só testemunham, registram e veiculam nossa história, mas são parte intrínseca da formação do país. Em outras palavras: a história do Brasil e a história da imprensa caminham juntas, se autoexplicam, alimentam-se reciprocamente, integrando-se num imenso painel.

Por isso, recorre-se à imprensa para compreender como se manifestou a atuação dos movimentos sociais liderados por mulheres na luta por demandas relacionadas à reprodução, especificamente por creches públicas, em um contexto de grande movimentação política e social que foram os anos finais da Ditadura Militar.

Logo, a preferência por um jornal feminista se deu por se acreditar que tais temáticas seriam mais abordadas e destrinchadas, oferecendo um panorama mais amplo e detalhado acerca dos debates da época através da voz das próprias mulheres que participavam dessas lutas. Assim, partimos do desejo de procurar na História as variadas formas de resistência ao silenciamento tão comumente destinado às mulheres, pois, como aponta Michelle Perrot, os “dominados podem sempre esquivar-se, desviar as proibições, preencher os vazios do poder, as lacunas da História. Imagina-se, sabe-se que as mulheres não deixaram de fazê-lo”.¹³

Comparado aos outros jornais feministas existentes no decorrer do período estudado, o *Mulherio* foi o mais duradouro, circulando de 1981 a 1988, o que pode ser explicado pela sua ligação mais forte com o meio acadêmico e o financiamento pela Fundação Ford.¹⁴ Dessa forma, foi utilizado pelas integrantes do corpo editorial como forma de socializar algumas das pesquisas relacionadas às mulheres realizadas no Brasil, mas também como um espaço para o compartilhamento de vivências, opiniões e protestos de mulheres de todo o país. A ênfase na temática da creche, destaque em uma das primeiras edições dos jornais e, posteriormente, foco do Primeiro Encontro Nacional de Creches organizado por elas, evidencia o público que o jornal tentava atingir naquele período, assim como a importância conferida a tal assunto pela equipe do *Mulherio*.

¹² 2012, p. 11.

¹³ 2005, p. 10.

¹⁴ Organização filantrópica internacional que desde 1962 atua no Brasil combatendo a desigualdade, a discriminação e a exclusão. Nos anos finais da década de 80 priorizaram o auxílio à iniciativas voltadas aos direitos das mulheres, à participação política, à segurança pública, à saúde reprodutiva, ao meio ambiente e à luta antirracista (Ford Foundation, 2025).

Considerando tais constatações, o presente trabalho tem como objetivo responder às seguintes perguntas: Em qual conjuntura histórica a questão da creche surge enquanto uma das principais reivindicações das mulheres? Como essa temática era tratada nas páginas do jornal *Mulherio*? A partir das falas no Primeiro Encontro Nacional de Creches, quais discursos estão atrelados a essa temática? Como ela se relaciona à condição da mulher como trabalhadora? Como as trabalhadoras das regiões considerados distantes dos grandes “centros definidores de sentido”¹⁵, como a Paraíba, experienciaram os tensionamentos entre o trabalho reprodutivo e produtivo nos anos 1980? Como a necessidade por creches se encaixa nesse contexto?

No primeiro capítulo, “Do movimento feminista ao movimento das mulheres: a luta por creches no Brasil”, busca-se compreender o contexto em que surgem os movimentos populares, mais especificamente o movimento das mulheres e o movimento feminista, focando na exploração e repressão sobre a classe trabalhadora em meio a uma ditadura assentada na aliança entre o Estado e a elite dominante. Isto posto, parte-se para uma análise de como a questão da creche e do cuidado com a criança era abordada nas páginas do *Mulherio*, compreendendo seu lugar social e sua abordagem a partir de um recorte de gênero, haja vista sua militância feminista.

No segundo capítulo, “Para além das páginas do jornal: O Primeiro Encontro Nacional de Creches”, o foco da pesquisa é deslocado para a análise das falas de algumas participantes do Primeiro Encontro Nacional de Creches, procurando compreender os discursos atrelados à temática da creche e como eles se relacionam com a condição da mulher enquanto trabalhadora e sua responsabilização pela reprodução social na sociedade capitalista. Em seguida, a partir da fala de Margarida Maria Alves no evento, procura-se examinar como as trabalhadoras rurais da Paraíba experienciaram os tensionamentos entre o trabalho reprodutivo e produtivo nos anos 1980, considerando suas especificidades, e como a necessidade por creches se encaixa nesse contexto.

¹⁵ Ver Petersen (1997)

1. DO MOVIMENTO FEMINISTA AO MOVIMENTO DAS MULHERES: A LUTA POR CRECHES NO BRASIL

1.1. “Quando novos personagens entram em cena”: Os movimentos populares nos anos finais da Ditadura Militar

Após o golpe de 1964, que instaurou a Ditadura Militar no Brasil, o país imergiu em um período de supressão de direitos civis, políticos e sociais, a partir da aliança entre os militares e as elites civis, motivadas pela doutrina de segurança nacional e o desenvolvimento econômico excludente, a violência capitalista e a violência estatal se concretizaram através da militarização das fábricas, da política de arrocho salarial, da restrição das greves pela nova lei de greves, da repressão aos sindicatos e da perseguição aos trabalhadores, que resultaram em prisões ilegais e arbitrárias, mortes e desaparecimentos.¹⁶ Afinal,

[...] o golpe civil-militar de 1964 foi, sobretudo, uma reação à ação organizada dos trabalhadores urbanos e rurais, que se mobilizaram em massa pelas reformas de base. Os militares e seus aliados civis, em particular no mundo empresarial, queriam, em grande medida, impedir o avanço da tão temida “República Sindicalista”.¹⁷

Dessa forma, o objetivo era despolitizar e explorar ao máximo a classe trabalhadora, servindo aos interesses do regime político e econômico instaurado pelos golpistas. Para atingir os níveis de produtividade e submissão desejados a fim de maior acumulação de capital, as estratégias foram múltiplas, e os resultados violentos. A estruturação da política salarial, por exemplo, desprezou o aumento inflacionário e seu impacto no salário real, forçando a queda dos níveis salariais e diminuindo de forma exorbitante o poder de compra dos trabalhadores, algo planejado diretamente pelo Governo, visto medidas como a Lei nº 4.725, de 13 de julho de 1965, que alterava a fórmula de reajuste dos salários:

Até então, os reajustes salariais eram fixados – após acordo entre o sindicato patronal e o de empregados com mediação da Justiça do Trabalho – anualmente para compensar a inflação do período. Com a nova lei, eles passaram a ser estabelecidos normativamente pelo governo mediante um cálculo que considerava não apenas a inflação passada, mas também sua previsão para os doze meses seguintes e, ainda, coeficientes salariais que eram decretados mensalmente pelo Presidente da República. Ao exercer a função de regulador dos índices oficiais que reajustavam os salários e também os preços, o governo provocou uma perda salarial sistemática que

¹⁶ Brasil, 2014, p. 57-88

¹⁷ Correa; Fontes, 2016, p. 133

ocorria por duas maneiras: pela subestimação da inflação futura e até mesmo pela manipulação direta da taxa de inflação oficial [...].¹⁸

Os impactos dessas políticas podem ser observados na jornada de trabalho: em 1965 a quantidade de horas mensais de trabalho necessárias para o trabalhador adquirir a cesta alimentar básica eram 88 horas e 16 minutos, em 1974 este número cresceu para 163 horas e 32 minutos.¹⁹ Assim como no aumento da concentração de renda: em 1960 os 50% mais pobres detinham 17,71% do PIB e os 5% mais ricos 27,69%, em 1976 os mais pobres detinham apenas 1,6% e os mais ricos 39%.²⁰ Ou seja, a agenda econômica do governo militar resultou em um aumento exponencial da desigualdade social, das diferenças salariais entre os trabalhadores qualificados e não qualificados e da piora da qualidade de vida da classe trabalhadora.

Essa ordem política, social e econômica passa a ser contestada de maneira mais explícita pelos movimentos operários e populares nos anos finais da década de 1970. Eram os movimentos estudantis, os movimentos de bairro, o movimento negro, as feministas, os sindicatos urbanos e rurais, personagens que entram em cena carregando variadas reivindicações e práticas de luta. Eder Sader²¹ vê essas manifestações sociais como a emergência de uma nova configuração de classe, que não pode ser comparada aos padrões iniciais da década ou dos períodos históricos anteriores, pois esses sujeitos coletivos se constituíram a partir de uma nova linguagem, ao redor de novos temas e valores, movimentando-se através de novas formas de ações sociais, sendo assim “um novo tipo de expressão dos trabalhadores”. Entretanto, é necessário destacar que esses movimentos não surgiram “da noite para o dia, foi, de fato, resultado de uma luta silenciosa e de uma resistência cotidiana travada no espaço fabril, nos locais de trabalho e moradia, frequentemente às margens dos sindicatos, nas franjas da repressão”.²²

Uma das temáticas trazidas por estes movimentos populares foi a politização dos espaços antes reservados à esfera privada, pautando suas reivindicações, principalmente, a partir das necessidades relacionadas à reprodução social, visto os impactos ocasionados à condição de vida da classe trabalhadora pelas políticas do período. A reprodução social pode ser definida como o conjunto de condições básicas para a restauração e reposição da força de trabalho do trabalhador, ou seja, das “capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade, na personalidade viva de um homem, e que ele põe em movimento sempre que

¹⁸ Monteiro, 2015, p. 16

¹⁹ Brasil, 2014, p. 69-70.

²⁰ Silva, 2019, p. 111 apud Isto É, p. 65, 9 ago. 1979 apud Alves, p. 181.

²¹ Sader, 1988, p. 36.

²² Correa; Fontes, 2016, p. 138.

produz valores de uso de qualquer tipo”²³. Diante disso, envolve processos que atendam às necessidades pessoais contínuas dos membros da classe trabalhadora, à exemplo daquelas relacionadas à alimentação, educação e saúde, incluindo os que estão inseridos no trabalho remunerado e os impossibilitados de realizá-lo por qualquer motivo específico, como crianças e idosos. Além disso, também envolve processos que reponham os trabalhadores em casos de diminuição da força ativa de trabalho, por motivo de morte ou afastamento, seja pela reposição biológica, através da gravidez, pela imigração ou outros meios.

A família tem sido o principal local onde a reprodução social se concretiza, tanto no sentido da reprodução biológica quanto na recuperação física e mental do trabalhador, sendo a mulher o membro do núcleo familiar responsabilizado por ele. Entretanto, a família não é a única instituição que pode exercer este papel, afinal, o Estado, através de escolas, hospitais e outras políticas de assistência, e o mercado, através de serviços pagos de cuidado, alimentação e limpeza também o fazem. Ainda assim, na maioria dos casos, mesmo fora do âmbito familiar, esse trabalho segue sendo marcado pela divisão sexual e racial.

O debate acerca da reprodução social, como a luta contra a carestia de vida e por serviços públicos como creches, transporte, moradia digna, entre outras demandas tornaram-se motores dessas movimentações, apontando para uma luta de classes que se expande para além dos limites dos espaços de produção, da fábrica e das condições de trabalho, desestabilizando a ordem autoritária e a classe dominante. Assim, colocam-se contra a ideia ultrapassada de que os objetivos da classe trabalhadora deveriam se limitar a pautas do campo produtivo, como melhorias salariais, pois

Em qualquer momento histórico, uma classe trabalhadora pode ser ou não capaz de lutar por salários mais altos no ponto de produção. Os sindicatos podem não existir ou podem ser fracos e corruptos. No entanto, à medida que os itens da cesta básica mudam (conforme diminuem ou aumentam a qualidade e a quantidade de bens sociais), os membros da classe se conscientizam plenamente de mudanças em sua vida, e as batalhas podem emergir fora do ponto de produção, porém refletem as necessidades e imperativos da classe. Em outras palavras, quando não é possível lutar por um salário mais alto, diferentes tipos de luta em torno do circuito da reprodução social também podem surgir.²⁴

Além disso, essas lutas demonstram um grande potencial de articulação entre os sindicatos e os movimentos populares, que ao dialogar e se integrar ao movimento trabalhista mais amplo pode entrelaçar diferentes formas de luta e provocar grandes agitações, como bem fez nas décadas de 70 e 80 quando

²³ Marx, 1990, p. 270 [2013, p. 242] apud Bhattacharya, 2023, p. 124

²⁴ Bhattacharya, 2023, p. 143

Essas organizações e movimentos ganham rapidamente alcance nacional, redimensionando seriamente a representatividade das instâncias sindicais, sua capacidade de mediação com o Estado e a centralidade das lutas econômicas. O frutífero diálogo entre organizações sindicais e movimentos populares, leva a importantes inovações nas formas de mobilização dos trabalhadores: difunde-se o uso de abaixo-assinados, passeatas, manifestações nas comunidades, audiências e diálogos diretos com os poderes públicos, prefeituras, secretarias de administração municipal, estadual e até federal.²⁵

Os movimentos populares com reivindicações relacionadas à reprodução social tiveram uma forte participação das mulheres, como o movimento do custo de vida e de luta por creches e escolas para as crianças, mas não podem ser confundidos com um movimento feminista propriamente dito. Essas mobilizações das mulheres da classe trabalhadora em torno de melhores condições de vida e de trabalho são ações centrais do movimento das mulheres, diferenciado do movimento feminista ou “de mulheres” organizado da época, composto por mulheres das camadas médias e intelectualizadas, focado em questões voltadas à saúde, violência e direitos reprodutivos²⁶, que também não escapam da reprodução social.

Inicialmente, o termo “feminista” enfrentou certa resistência entre os movimentos da classe trabalhadora, e mesmo membros interessadas em tratar sobre a emancipação feminina encontraram certa dificuldade em assumir este “título” na década de 1970, como a intelectual Heleieth Saffioti, que em entrevista ao jornal *Mulherio* em 1982, afirmou:

Na verdade, eu sempre relutei em me dizer feminista no Brasil. No passado, esse termo tinha uma carga ideológica muito grande e ainda apresenta uma carga razoável. Eu gosto de dizer: eu sou feminista, mas o meu feminismo é este (...) porque eu tenho muito medo que tomem o meu feminismo através dessa adulteração que se fez do termo que interessa muito à ditadura, de entender que esta é uma luta das mulheres contra os homens, e eu não quero de maneira alguma ser interpretada dessa forma. Tenho muito respeito pelos homens. Acho que eles também são vítimas dessa sociedade, embora nós sejamos mais vítimas do que eles.²⁷

Essa dificuldade com o termo “feminismo”, pode ser justificada, neste momento, pela resistência à agenda feminista nos espaços de esquerda, que viam o movimento como uma ameaça à união do proletariado em prol da derrota do capitalismo por expor as desigualdades de gênero dentro do movimento e na sociedade em geral, desvirtuando a luta de classes para focar em uma “guerra entre os sexos” que favoreceria as classes dominantes.²⁸ Contudo, graças a militantes e intelectuais como a própria Saffioti, estudos relacionados às mulheres

²⁵ Giuliani, 2007, p. 643

²⁶ Rago, 2014, online.

²⁷ Teles, 1993, p. 88

²⁸ Pinto, 2007, p. 53 apud Freitas, 2018.

trabalhadoras demonstraram que não é possível ignorar os recortes de gênero, e também de raça, quando se estuda sobre a classe trabalhadora.

Entretanto, apesar desta delimitação com o intuito de evitar generalizações das múltiplas formas de mobilizações protagonizadas por mulheres, estes movimentos se articularam e se complementaram em diversos momentos. As feministas expandiram sua atuação para os sindicatos, partidos e para os movimentos populares, trazendo para a ordem do dia temáticas que enfrentavam certa resistência por estarem relacionadas ao corpo e à sexualidade e debatendo assuntos caros às mulheres da classe trabalhadora, relacionados às condições de vida e aos direitos trabalhistas, assim como a luta em prol do retorno à democracia e fim da ditadura. A participação das feministas em variados âmbitos de mobilização, como partidos políticos e organizações de classe, era comum na época, “visto que era considerada importante para se conseguir avanços na luta geral e nos grupos de mulheres, quanto a suas reivindicações específicas”.²⁹

Esta dupla militância pode ser exemplificada pela abordagem dos principais jornais autodeclarados feministas do período, o *Brasil Mulher*, fundado em 1975, e o *Nós, Mulheres*, fundado em 1976, que propunham uma conscientização das mulheres da classe trabalhadora a partir da perspectiva marxista e enfrentavam questões polêmicas como a anistia, o aborto, a mortalidade materna, as mulheres na política, o trabalho feminino, a dupla jornada, a prostituição, o preconceito racial e a participação das mulheres nas artes e cultura.³⁰ Ambos utilizam a palavra feminismo em suas primeiras edições: o *Brasil, Mulher* na edição número 2 publicada no início de 1976 e o *Nós, Mulheres* em seu primeiro editorial em junho de 1976.³¹

De qualquer forma, os movimentos populares de mulheres, o movimento feminista e o movimento sindical, entre conexões tensas e harmoniosas, possibilitaram o debate de problemáticas comuns entre as mulheres, questionando a posição subalterna reservada à mulher na sociedade de classes, tensionando a divisão entre trabalho produtivo e reprodutivo ao suscitar questões que articulavam a vida privada e a pública, e desestabilizavam as dinâmicas de poder cristalizadas. Portanto, demonstrando “(...) de um lado a historicidade das relações de gênero na sociedade e as modificações por que passam ao mesmo tempo em que tecem os fios das relações de poder”.³²

²⁹ Alvarez, 2000, p. 389 apud Freitas, 2017.

³⁰ Duarte, 2022, p. 42.

³¹ Teles, 1993, p. 88-91.

³² Lobo, 2021, p. 193.

1.2. “Quem pariu Mateus que o embale”: O debate acerca da creche nas páginas do *Mulherio*

A desvalorização dos salários, o fim da estabilidade no emprego e a inviabilização da luta organizada e aberta, resultados diretos da política econômica e social do governo militar, obrigaram a contribuição de todos os membros da família da classe trabalhadora no orçamento familiar como estratégia de sobrevivência, expandindo a superexploração da força de trabalho às mulheres e crianças, que se vêem obrigadas a entrar no mercado de trabalho como forma de complementação da renda masculina, já bastante comprimida e insuficiente para atender às necessidades mais básicas das famílias. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de atividade de mulheres entre 10 e 60 ou mais anos empregadas ou à procura de emprego, em 1970 era de 18%, em 1980 esse número aumenta para 26,6%, em 1985 chega a 36,9% e segue crescendo nos anos seguintes³³. Lise Vogel resume bem essa tendência quando afirma que

Dependendo da situação histórica, tanto o papel da família como local da reprodução geracional quanto a importância da participação das mulheres no trabalho excedente, ou ambos, podem ser enfatizados. Durante um período no qual a necessidade da classe dominante de maximizar o trabalho excedente ultrapassa as considerações de longo prazo, todos os indivíduos da classe explorada podem ser mobilizados na produção de excedentes, causando deslocamento severo nas suas instituições de vida familiar e de dominação masculina. Tal foi o caso na industrialização da Inglaterra durante o século XIX, e, pode-se argumentar, é também o caso nos países de capitalismo avançado hoje.³⁴

Nesse caso, a mulher segue envolvida nos processos de renovação dos produtores diretos ao mesmo tempo em que ela mesma é uma produtora direta, articulando o trabalho reprodutivo e produtivo na economia capitalista. Vale destacar que esses números são limitados ao trabalho pago, fora do lar, mas se ampliarmos para o trabalho doméstico não-remunerado, a quantidade de mulheres ativas aumentaria exponencialmente, como apontam Rosemberg e Bruschini acerca dos dados de 1976:

(...) ao examinar cifras apresentadas pelos Censos Demográficos e Pesquisas Nacionais por Amostras de Domicílios (PNADs), verifica-se que a taxa de atividade feminina — porcentagem de mulheres economicamente ativas sobre o total de mulheres de 10 anos e mais — era de apenas 29,6% em 1976. Contudo, ao recalcular os dados incluindo, no conjunto de mulheres que trabalham, aquelas que estão ocupadas em afazeres domésticos, a porcentagem de mulheres “ativas” passa a

³³ Os dados foram extraídos da planilha eletrônica “Mulheres, trabalho e família versão 2007”, publicada pela Fundação Carlos Chagas.

³⁴ Vogel, 2022, p. 345.

atingir a cifra de 75,5%, revelando que as mulheres trabalham muito mais se o critério de trabalho for mais abrangente.

A expansão do trabalho feminino fora do âmbito doméstico não foi acompanhada por medidas trabalhistas com intuito de uma integração positiva das mulheres no trabalho produtivo. Pelo contrário, a legislação concernente ao trabalho feminino se manteve praticamente a mesma de 1932, apoiada em três pontos principais: “proibição do trabalho noturno; licença maternidade de três meses e estabilidade no emprego durante a gravidez; a obrigação, por parte das empresas com mais de trinta mulheres, de fornecer creches, medida, aliás, muito pouco aplicada”.³⁵ Em relação à creche, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943 mantém o Art. 12 do decreto n. 21.417-A de 1932 em seu Art. 389, § 1º, afirmando que esses locais estariam limitados à vigilância e assistência para as crianças lactentes, ou seja, que ainda mamavam, sendo acrescentado em 1967 no Art. 397 que poderiam ser mantidos pela própria empresa, ou por parcerias com o Serviço Social da Indústria (SESI), o Serviço Social do Comércio (SESC), a Legião Brasileira de Assistência (LBA) ou com entidades sindicais.

Dessa forma, o Estado secundariza-se institucionalmente e legislativamente, colocando a responsabilidade das creches sob a alçada das empresas privadas, que não ofereciam condições minimamente favoráveis para tal exigência, ou das entidades filantrópicas, que possuíam outros princípios morais, muitas vezes religiosos ou assistencialistas. Tal modelo de “assistência por convênios” era o posicionamento do governo no que diz respeito às políticas sociais no período ditatorial, através dos convênios e acordos de cooperação mútua, o Estado assumia suas “responsabilidades por intermédio das ações das entidades sociais”, beneficiando-as com imunidades e isenções, com o intuito de legitimar o regime perante a população.³⁶ Esse enfoque no Estado a partir da perspectiva da reprodução social faz-se essencial para a compreensão do papel crucial exercido por essas disputas “na formação histórica do Estado e em sua relação com os capitalistas”.³⁷

Não à toa a luta por creches públicas e contra o custo de vida nesse período são prioridades para as mulheres da classe trabalhadora, haja vista que em uma sociedade de classes o conceito de reprodução social interessa sobremaneira a esta classe, pois o processo de manutenção e renovação ocorre em uma dimensão maior na classe portadora da força de trabalho que é explorada. Para Lise Vogel³⁸, a subordinação das mulheres da classe dominante

³⁵ Lobo, 2021, p. 74-75.

³⁶ Mestriner, 2001, p. 167-170.

³⁷ Mohandesi; Teitelman, 2023, p. 72-73).

³⁸ Vogel, 2022, p. 342.

aos homens da sua classe repousa “no seu papel especial relacionado à reposição geracional dos membros individuais da classe dominante”, sendo a questão central a propriedade.

Conforme pudemos identificar, as mulheres recorreram a variadas estratégias para conseguir atenção pública para a questão da creche, ou da falta de creche. Participaram de eventos organizados pelo movimento feminista e sindical; elaboraram cartas e abaixo-assinados; fizeram manifestações nas quais protestavam adaptando músicas infantis: “Olhe, seu prefeito/ eu sou uma criança/ mas sei meus direitos. /O meu pai trabalha duro/ o dinheiro nunca dá/ eu preciso de uma creche/ pra mamãe ir trabalhar”³⁹; e relatavam suas preocupações nos jornais que abriam espaço para essas denúncias, sendo eles, em sua maioria, jornais feministas.

Entre os principais jornais feministas das décadas de 1970 e 1980 estava o *Mulherio*, criado pelo Coletivo de Mulheres do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas (FCC), instituição de direito privado e sem fins lucrativos que há mais de 50 anos se dedica a pesquisa de temas direta ou indiretamente relacionados à educação, e organizado por pesquisadoras de diversas áreas da Ciências Humanas e da Educação. Em seu conselho editorial havia uma diversidade de grupos, entre eles a Associação de Mulheres, o *Nzinga* - Coletivo de Mulheres Negras e o *Nós Mulheres*, pois o *Mulherio* não era ligado a nenhum grupo feminista em particular, o seu objetivo era dar visibilidade à variedade encontrada dentro do movimento feminista e das mulheres sem se prender a dogmas, inclusive, abordando as polêmicas dentro do movimento.⁴⁰ Assim, as temáticas trabalhadas nas edições do jornal também são diversas, organizadas ao redor de um assunto principal, as edições traziam análises aprofundadas realizadas pelas pesquisadoras, depoimentos, dados e entrevistas. Podemos verificar esta diversidade temática conforme o gráfico abaixo:

³⁹ Teles, 1993, p. 103-106.

⁴⁰ Freitas, 2017, p. 95-96.

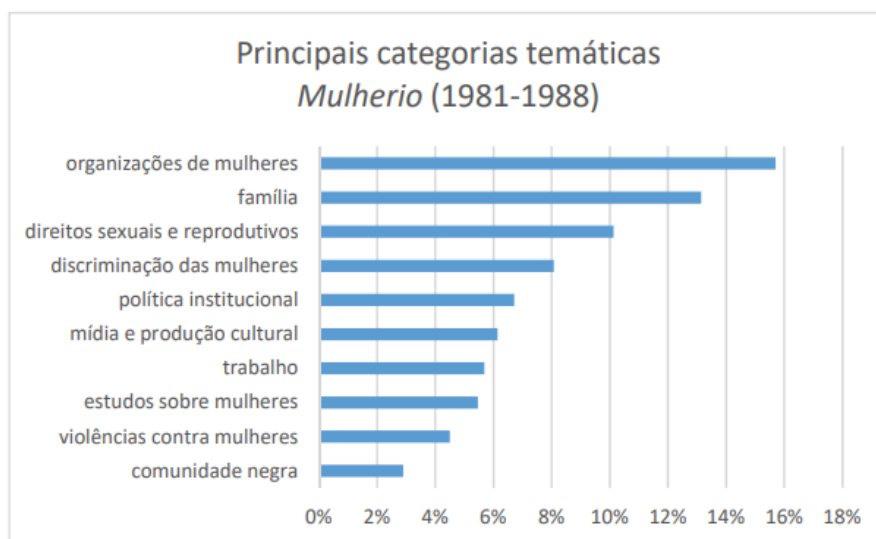


Figura 1 - Principais categorias temáticas do *Mulherio* (1981-1988).

Fonte: Freitas, 2017, p. 100.

A categoria definida como “Família” pela pesquisadora Viviane Freitas (2017) em sua tese abrange os textos relacionados à divisão sexual do trabalho, à dupla jornada e à maternidade, nos quais essas mulheres questionavam “a naturalização de funções desvalorizadas socialmente para as mulheres, a falta de incentivos para sua inserção como trabalhadoras assalariadas e a negação de sua cidadania plena”.⁴¹ Na 4ª edição do ano 1 do *Mulherio* essas temáticas vão se entrecruzar a partir do aprofundamento de um único tema: a creche. Entre os textos sobre a democracia racial, por Lélia Gonzalez, o direito ao aborto, por Maria Carneiro da Cunha, o movimento feminista espanhol, por Helena Salem, e a vida da militante e médica Maria Aragão, estão sete páginas reservadas ao debate sobre a creche, com a capa do número colocando este como o tema central da edição, conforme vemos na Figura 1 a seguir:

⁴¹ *Ibidem*, p. 101.



Figura 2 - Capa da edição número 4, ano 1 do *Mulherio*, Novembro/Dezembro, 1981.

Na charge do cartunista Henfil, a mulher, desprovida de opções para o cuidado do seu filho enquanto trabalha, provavelmente como lavadeira de roupa devido à enorme trouxa em sua cabeça, acaba recorrendo ao Cristo Redentor para solicitar assistência. Através da crítica humorística possibilitada pelo uso desta linguagem, o artista ilustra o descaso com as mães que trabalhavam fora de casa e não tinham onde deixar suas crianças, situação em que várias mulheres se encontravam no Brasil, indicando o posicionamento do jornal acerca do assunto logo na sua introdução. A publicização e publicação de notícias relacionadas à creche indicam a posição de relevância que esse debate ocupava para a sociedade e, principalmente, para as mulheres. O peso é ainda maior quando recebe destaque na capa, ganhando um espaço ainda mais importante do que apenas sua inclusão nas páginas internas da edição.

Começando as reportagens sobre a creche, na página 10 da edição está o texto intitulado “Quem pariu Mateus que o embale”, e nele a raiz do problema é exposta: a ideia de que cuidar, educar e proteger a criança é uma responsabilidade apenas da mãe, o que dificulta a vida das mulheres da classe trabalhadora, gerando variados problemas, como econômicos, relacionados ao desemprego, que impacta a renda mensal da família e a dependência financeira das mulheres, além dos impactos psicológicos relacionados à culpa e à preocupação.⁴² O que o *Mulherio* propõe a partir desta constatação? O rompimento com essa lógica patriarcal e a coletivização desta responsabilidade, posicionando o debate como sendo de interesse para todos, não só para a mulher. Dessa forma, problematiza a demarcação estabelecida com a ascensão e avanço do capitalismo entre onde e por quem deve ser realizado o trabalho produtivo e o reprodutivo respectivamente, sendo o primeiro marcadamente público, social, masculino e remunerado; e o segundo privado, doméstico, feminino e não remunerado.⁴³

Nas entrevistas “Mães: difícil é lidar com a culpa” e “Pais: o privilégio de trocar fraldas”, essa delimitação é novamente questionada. Na primeira, seis mães relatam o sentimento de culpa que as abatem quando chega o momento de “abrir mão” do cuidado dos filhos, deixando-os com os pais, familiares ou na escola. Marília, 35 anos, bailarina, afirma:

Pois é, uma coisa que pinta é esse sentimento de culpa. Eu também não consigo me adaptar ao modelo tradicional de mãe. Mas, aparece um grande conflito cada vez que tenho que deixar as crianças, cada dia que não me sobra tempo para supervisionar a lição de casa, etc. Fico racionalizando, me dizendo o tempo todo: “tudo bem, eu tenho que trabalhar, eu estou ocupada, e tal...” Mas, de qualquer jeito, eu me sinto mal. Eu diria que é uma coisa quase que de estômago, que me pega no fundo, sabe?⁴⁴

O depoimento de Marília explicita como essa construção de um espaço feminino, privado, doméstico e não remunerado afeta as mulheres quando elas não correspondem aos padrões sociais esperados pelo seu gênero, demonstrando uma internalização da ideia de que o cenário natural e consagrado da mulher é o confinamento ao espaço doméstico. Para Silvia Federici⁴⁵, a naturalização do trabalho doméstico faz parte da estratégia do capital em convencer as mulheres que todo esse esforço é um “atributo natural da psique e da personalidade femininas, uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas da nossa

⁴² *Mulherio*, p. 10, 1981

⁴³ Vogel, 2022, p. 353.

⁴⁴ *Mulherio*, 1981, p. 14

⁴⁵ 2019, p. 42-43

natureza feminina”, resultando na ideia de que todas as mulheres devem realizá-lo de graça e gostar de fazê-lo.

Novamente, a solução posta é a coletivização desse cuidado, dessa vez por Mariza, uma das entrevistadas, ao questionar: “Por que não pensar nas crianças como uma responsabilidade social?”, apontando a culpa como sendo o momento de conflito que é seguido pela assimilação de que esse trabalho não precisa ser unicamente da mãe, afinal, “a responsabilidade também é do mundo que os cerca”, afirma.⁴⁶ A socialização do cuidado da criança era uma temática em evidência há um longo período, principalmente por conta das teóricas e dos teóricos socialistas, responsáveis por começar a repensar o significado da creche, do trabalho doméstico e da reprodução social na sociedade, e da aplicação de algumas dessas ideias na União Soviética, com o propósito de extinguir a família e libertar a mulher da “escravização do lar”. Essas referências retornam de forma expressiva ao serem resgatadas por feministas e continuadas por outras experiências socialistas após o fim da Segunda Guerra Mundial, quando o capitalismo estava sob ataque “à medida que grandes porções do mundo se libertaram da dominação imperialista direta, muitas vezes voltando-se para o socialismo”, principalmente nas décadas de 60, 70 e 80.⁴⁷

Ainda nas entrevistas, conversam também com homens que possuem hábitos relacionados aos cuidados com os filhos, “um pai participante, capaz de limpar coco, dar mamadeira, ir às reuniões da escola, levar ao médico, sentar no chão e brincar”⁴⁸. A partir disso, embasam o argumento que já vinham colocando: a possibilidade de divisão do trabalho de cuidado entre o homem e a mulher.

Quando perguntado sobre as dificuldades enfrentadas ao aprender a cuidar das crianças, Godói, casado e pai de duas filhas, responde que mesmo sabendo das “coisas”, não foi fácil mudar, mas o ponto de partida foi a desconstrução dos papéis de gênero cristalizados na mentalidade capitalista, descrevendo o esperado pela sociedade: enquanto a mulher se ocupa das crianças, o pai lê jornal. Esse modelo de família nuclear heteronormativa resulta das tentativas do capitalismo em encontrar um local confiável e barato para reproduzir a força de trabalho, assim como seus valores e ideologias. Para Bhattacharya⁴⁹, o sistema não consegue sobreviver sem a família, por isso a coloca como sendo o padrão a ser seguido, criando a impressão de que ela sempre fez parte da história da humanidade, por isso Godói e a sociedade em geral têm dificuldade de se desvencilhar desse ideal tão enraizado.

⁴⁶Mulherio, 1981, p. 14

⁴⁷ Vogel, 2022, p. 111.

⁴⁸ Mulherio, 1981, p. 15

⁴⁹ 2023, p. 632.

Em outro momento os homens que também cuidam são questionados se eles se sentem diferentes dos outros pais, e o ponto mais citado é o estranhamento e a dificuldade das outras pessoas em entender o motivo pelo qual eles estão assumindo determinadas responsabilidades consideradas femininas em relação aos filhos:

Godói - Com os amigos mais chegados, não sinto diferença, mas vejo, por exemplo, que as pessoas se assustam quando sabem que estou planejando trabalhar menos para ficar mais tempo com as crianças.

André - Num dos meus empregos, andei sofrendo críticas sérias por não cumprir rigidamente os horários porque eu ficava com as crianças de manhã. As pessoas entendem mal uma coisa dessas.

Aldo - Tem situações interessantes. Dois filhos meus estudam em escola pública e a reunião com os pais, ou melhor, com as mães, é às quatro da tarde. Então sou eu que vou, o único homem no meio de 39 mulheres. A diretora, lá na frente, fala "Minhas senhoras..."⁵⁰

O comportamento desses pais causa estranhamento por ser algo esperado de uma mulher, mas não de um homem. Quando a mãe renuncia outras tarefas para cuidar dos filhos, vistos como prioridade dentro de sua vida, é normal, por outro lado, a prioridade do homem deve ser o trabalho produtivo, porque ele é provedor e não cuidador. A dicotomia entre as entrevistas com os pais e com as mães demonstra uma deturpação desses papéis, enquanto a mãe abre mão de suas obrigações reprodutivas por determinado período de tempo para participar do trabalho produtivo, o homem abre mão de suas obrigações produtivas para cuidar dos filhos. O título das matérias ironiza essas situações: em “Mães: difícil é lidar com a culpa”, quando a mãe passa a trabalhar fora do lar isso vem carregado de culpa, é difícil e custoso. Já em “Pais: o privilégio de trocar fraldas” fica evidente que para o homem, é um privilégio poder cuidar dos filhos, uma escolha, não uma imposição, e, portanto, aquele que decide se abster não se sente mal por isso, pois o cuidado não é socialmente visto como uma obrigação sua.

Na reportagem “Uma terra de ninguém, que pode ser de todos”, presente na página 11 da edição 4 do *Mulherio*, escrita por Maria Machado Malta Campos, pedagoga e pesquisadora do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas (FCC), o que ganha destaque é o relato geral da situação das creches em várias regiões do Brasil a partir dos depoimentos das 43 participantes presentes no Primeiro Encontro Nacional sobre Creches (ver Figura 3). Segundo ela, uma das constatações principais do Encontro foi que “Quem tem mais recebe mais, quem tem pouco recebe menos”.⁵¹ Tal acontecimento pode ter sido uma

⁵⁰ *Mulherio*, 1981, p. 15

⁵¹ Campos, 1981, p. 11

das motivações que levou o jornal a trazer tantas informações e análises acerca da temática nesta edição, evidenciando a importância do evento para avançar nas urgentes demandas em relação à creche.

Teoricamente, a creche é a solução ideal para as mães que trabalham. E na prática, ela está satisfazendo essa necessidade? No Brasil, mais do que a pré-escola, a creche é uma espécie de terra de ninguém. Uma instituição onde nenhum órgão em particular está definido como principal responsável. Se por um lado isso demonstra a falta de empenho do governo em resolver o problema, por outro abre uma série de perspectivas novas. A ausência de uma centralização rígida permite uma grande variedade de arranjos, de modo que iniciativas comunitárias estão coexistindo com outras de empresas, instituições de caridade, órgãos oficiais, etc. Esta foi uma das questões mais interessantes levantadas pelo Primeiro Encontro Nacional sobre Creches, realizado em São Paulo no final de setembro pela Equipe de Pesquisas em Educação da Fundação Carlos Chagas.

Neste depoimento, a pesquisadora Maria M. Malta Campos, da Fundação, dá uma visão geral da situação atual das creches, relatada pelos 43 participantes do Encontro.

A escola elementar tem sido acusada de um alto grau de centralização, regulamentação e rigidez burocrática. Pelo fato mesmo de ter se tornado, majoritariamente, uma iniciativa do Estado, é que essa escola rígida e padronizada chegou a atingir uma grande massa de crianças acima de sete anos. No caso da creche, a diversidade de soluções encontrada é acompanhada de um enorme déficit de vagas e, mais ainda, de desníveis significativos entre os vários tipos de atendimento. Por outro lado, a diversidade e a falta de definição de um órgão que centralize a questão permitem que surjam — como mostraram várias experiências relatadas no Encontro — propostas que fazem um sabor de autenticidade e de criação coletiva, de solução nascida a partir da realidade da população atendida, que raramente é encontrada nas escolas públicas.

Isso fica claro quando consideramos o que está ocorrendo na cidade de São Paulo. Por pressão do Movimento de Luta por Creches, a Prefeitura passou a construir, em ritmo acelerado, creches para funcionarem no sistema

Uma terra de ninguém, que pode ser de todos

de administração direta. Após um breve período, em que alguns grupos conseguiram influir na seleção do pessoal de creches (o que estabeleceu, desde o início, um canal de participação da população na sua gestão), a Prefeitura acabou por fechar essa possibilidade, providenciando por conta própria o preenchimento desses cargos. A situação atual, descrita no Encontro, indica que as creches que dependem da Prefeitura apresentam várias desigualdades. De um lado estão as consentidas, ainda a maioria, com apenas parte de seus custos coberta pela Prefeitura.

Conforme elas estejam vinculadas a entidades mais ricas, como algumas instituições de caridade conhecidas, ou a grupos de bairros da periferia, apresentam condições de funcionamento muito diversas. A maior parte lida com muitas dificuldades, cobrando lazas dos pais e sobretendo as custas de rifas e bazares. As creches diretamente administradas pela Prefeitura têm maior número de funcionários, terrenos e instalações melhores, alimentação garantida, etc.

As experiências de fora de São Paulo que foram relatadas no Encontro mostram uma situação semelhante. Ao lado de creches de empresas ou instituições poderosas que conseguem oferecer um alto padrão de atendimento, encontram-se tipos de atendimento indireto, nos quais alguns órgãos do governo como o Mobral, a LBA, a Fundação de Serviço Social do Distrito Federal, repassam verba e assistência técnica para entidades privadas, grupos de bairro ou mesmo famílias isoladas. No segundo caso, como as creches de São Paulo, procura-se atender as crianças por meio de arranjos simples, nos quais o pessoal da creche trabalha muito e recebe pouco ou nada. A instalação é precária e a alimentação se reduz ao estritamente necessário.

Mas essa assistência indireta e parcial não chega a todas as iniciativas. Muitas ficam fora até mesmo

dessa ajuda limitada, ou porque não têm as condições mínimas exigidas pelos órgãos que repassam os recursos, ou por causa das enormes dificuldades burocráticas.

Como é de praxe no país, também na área das creches quem tem mais recebe mais, e quem tem pouco recebe menos, quando não recebe nada. Esta desigualdade é ainda maior de acordo com a localização e o tipo de população atendida, que geralmente acompanham as características das creches.

Mas alguns relatos colocam em dúvida a melhor qualidade aparente de algumas creches mais bem equipadas. De fato, não foi destas que ouvimos que as experiências pedagógicas mais estimulantes. Não foi delas, também, que surgiram os exemplos de participação mais intensa da população. Nem foi delas que vieram os exemplos de trabalho de equipe do pessoal que trabalha na creche, e de sua identificação com a realidade do bairro.

A pergunta que surge é: — será possível imaginar uma alternativa que combine as vantagens dos dois tipos de solução? Por que não pensar numa creche razoavelmente instalada e equipada, com pessoal remunerado de forma justa, desenvolvendo um trabalho pedagógico próximo da realidade das crianças e do bairro?

É nisso que a proposta do Movimento de Luta por Creches em São Paulo ganha uma importância muito grande: a autogestão da creche custeada pelo Estado. Essa solução combinaria um mínimo de condições de funcionamento com a participação ativa da população na operação da creche e apontaria para um caminho cheio de promessas.

Por esta razão lamentamos que nenhum dos diretores das sete creches diretas da Prefeitura eietos pela população tenham comparecido ao Encontro. Lamentamos, mais ainda, que a Prefeitura tenha impedido a continuidade dessa experiência, limitando-a às primeiras creches.



"Quem tem mais recebe mais, quem tem pouco recebe menos." Esta foi uma das constatações do encontro realizado em setembro na Fundação Carlos Chagas.

MULHERIO - 11

Figura 3 - Reportagem acerca do I Encontro Nacional de Creches. Fonte: *Mulherio*, ano 1, n. 4, p. 11, Novembro/Dezembro, 1981.

2. ALÉM DAS PÁGINAS DO JORNAL: O PRIMEIRO ENCONTRO NACIONAL DE CRECHES

2.1. “Uma terra de ninguém, que pode ser de todos”: As mulheres se reúnem em prol de uma reivindicação.

O I Encontro Nacional de Creches ocorreu em setembro de 1981 na cidade de São Paulo, tendo como principais organizadoras Elvira Souza Lima, Fúlvia Rosenberg, Maria Malta Campos, Marlene Goldenstein e Regina P. Pinto da equipe da Fundação Carlos Chagas. Segundo elas, o intuito era propiciar o intercâmbio de informações e de experiências para a realização de um balanço da realidade das creches nas diversas regiões do país:

Sabíamos da existência de experiências variadas e ricas que estavam ocorrendo no Brasil e que tinham pouca ou quase nenhuma possibilidade de intercâmbio: daí nossa proposta de um encontro, e não apenas de um seminário. Encontro que significasse troca de informações e revisão de princípios. Proposta que permitisse um balanço das experiências de creche no Brasil.⁵²

Vale destacar que na primeira fase do Mulherio, de março/abril de 1981 a setembro/outubro de 1983, Fúlvia Rosenberg foi a coordenadora responsável pelo projeto. Psicóloga e pesquisadora renomada da educação infantil e das questões de gênero, ela coordenou projetos sobre creches na FCC, participou da Comissão Especial de Inquérito (CEI) sobre creches no município de São Paulo, realizou pesquisas com o intuito de reconstruir a história do movimento de luta por creches em São Paulo e escreveu livros e artigos diversos sobre a temática. A militância da pesquisadora aliada aos seus trabalhos acadêmicos influenciaram e impactaram na perspectiva trazida pelo impresso acerca da educação da criança e da creche, colocando esse tema em destaque nas edições e chegando a realizar o primeiro encontro com foco no debate sobre a creche no Brasil.

O material publicado sobre o evento contém 48 páginas e é dividido em cinco temáticas, o capítulo “Creche e Trabalho”, ao qual pretendemos nos ater neste tópico por ter como foco o objeto central desta pesquisa, começa debatendo a legislação brasileira, priorizando os artigos 389, 396 e 401 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

⁵² Fundação Carlos Chagas, 1982, p. 1.

A lei não considera que os filhos das mulheres que trabalham em empresas com menos de 30 empregadas, ou que não trabalham em empresas também precisam ser cuidados e amamentados.

A lei só prevê a obrigatoriedade de berçário. O atendimento para crianças de 6 meses a 2 anos não é previsto, nem mesmo a título de sugestão.

A lei não estabelece até que distância do local de trabalho pode ficar o berçário.

Os mecanismos previstos para que a lei seja cumprida são falhos: a multa é irrisória, a fiscalização costuma ser feita pela simples análise dos documentos enviados pela empresa.

A legislação exige apenas que a empresa "reserve" leito, o que permite o aparecimento de burlas, como uma mesma vaga reservada para mais de uma criança, e não ocupada por nenhuma.⁵³

Assim, expõem os direitos jurídicos como instrumentos de coerção utilizados pelo Estado e pela classe capitalista para subordinar os trabalhadores à lógica do capital. Posta como meio de ampliar os direitos das mulheres trabalhadoras, a legislação mascara a realidade da exploração, contribuindo para a manutenção da reprodução social em moldes capitalistas e patriarcais e para precarização do trabalho feminino, reforçando o cuidado da criança como uma responsabilidade da mulher e não coletiva.

Além disso, apontam para a realidade enfrentada pelas mães quando a amamentação é interrompida, recorrendo à ajuda de conhecidos ou parentes ou sendo obrigada a pagar uma creche privada. Em alguns casos, as mulheres acabam com dificuldades de cumprir horários, haja vista as distâncias a serem percorridas até esses locais onde pudessem deixar seus filhos. Ou seja, atendendo ao sistema capitalista, o Estado permite a externalização e mercantilização do trabalho de reprodução social para quem pode pagar e o mantém privado para quem não pode, sem proporcionar creches públicas para essas crianças. Como lembra Vogel⁵⁴, a privatização dos serviços relacionados à reprodução social é fonte de grandes lucros para os capitalistas, por outro lado, são de alto custo para a classe trabalhadora, principalmente as áreas ligadas ao cuidado da criança e a manutenção da unidade doméstica.

Ainda expondo os problemas relacionados à legislação, no relato seguinte Sonia Thomé apresenta as ações realizadas pela Seção de Proteção ao Trabalho da Mulher e do Menor na Delegacia do Trabalho de Santa Catarina, como o levantamento de empresas que empregavam mais de trinta mulheres maiores de dezesesseis anos e que tinham a obrigação de oferecer creche segundo a lei.⁵⁵ Entre as 50.927 empresas encontradas no Estado, 593 se encaixavam nos pontos indicados pela lei, mas apenas 3 proporcionavam creche para os filhos das trabalhadoras. Diante dos números encontrados, foi realizada uma intervenção, com a

⁵³ Fundação Carlos Chagas, 1982, p. 3

⁵⁴ 2022, p. 355.

⁵⁵ Thomé, 1982, p. 6-7

orientação e fiscalização mais intensa da Delegacia do Trabalho, para garantir que as empresas cumprissem com a obrigação, e com isso o número aumentou para 196 empresas disponibilizando creches, conforme demonstra a Figura 4. Isto é, as empresas, além de gozarem do benefício de ter pouquíssimas obrigações em relação às trabalhadoras, ainda podiam contar com a falta de interesse estatal em inspecionar se a lei estava de fato sendo cumprida. E mesmo com a pressão dos órgãos fiscalizadores, o número de creches ainda estava muito aquém do minimamente necessário.

O CUMPRIMENTO DA LEI EM SANTA CATARINA		
Ano	Empresas obrigadas a ter creche	Empresas que oferecem creche
1979	593	3
1981	596	196

Figura 4 - Tabela com o número de empresas cumprindo a legislação em Santa Catarina.

Fonte: Caderno do Primeiro Encontro Nacional de Creches, FCC, 1982, p. 7.

O descumprimento da lei e a falta de fiscalização não foram os únicos problemas encontrados no levantamento. Ao visitar as creches disponibilizadas pelas empresas investigadas, a equipe descobriu que apenas 65% das vagas estavam sendo utilizadas pelas mães. Em entrevistas realizadas por Sonia Thomé, 6 das 46 mulheres não sabiam da existência das vagas, 17 preferiam contar com a ajuda de parentes ou contratar empregada, 14 achavam as creches distantes da moradia e do local de trabalho, 7 tinham dificuldade de transportar a criança, 5 relataram desconfiar dos serviços da creche, 4 apontaram o aumento das despesas com transporte, 4 temiam o prejuízo que poderia ser causado à saúde da criança por ser retirada dos ambientes protegidos muito cedo ou muito tarde, 3 afirmaram que o horário de funcionamento das creches não se ajustavam ao horário de trabalho, 3 indicaram descontentamento com os serviços fornecidos pelas creches e 2 declararam a falta de fornecimento de transporte pela empresa ou pela creche.⁵⁶ Por esses motivos, as mulheres deixavam seus filhos sob responsabilidade de parentes, empregadas, vizinhas, em creches assistenciais e até sozinhas.

Mesmo quando o básico era ofertado às trabalhadoras, não havia o mínimo de interesse dos empregadores em promover uma experiência confortável às mães. A sala de

⁵⁶ Thomé, 1982, p. 7

amamentação organizada na creche das empresas *Paramount Lansul* e *Artefina*, por exemplo, contava com algumas cadeiras para as mães alimentarem as crianças em seus horários de intervalo, aparentemente desconfortáveis e nada apropriadas para esta atividade, conforme observamos na Figura 5. Ainda assim, essa era apenas uma entre as três creches disponíveis no município de Sapucaia do Sul, com 104 indústrias, 700 casas de comércio e uma população de 79.000 habitantes, as outras eram uma do Sesi e uma particular.⁵⁷ Segundo informações dispostas no documento, essas duas empresas de Porto Alegre tinham um total de 1889 funcionários, dentre os quais 1349 (71%) eram mulheres, por isso a necessidade ainda maior pela creche.



Figura 5 - Sala de amamentação da creche das empresas *Paramount Lansul* e *Artefina*.
Fonte: Caderno do Primeiro Encontro Nacional de Creches, FCC, 1982, p. 6.

Os relatos das trabalhadoras apontam que as medidas tomadas pelo Estado e pelas empresas deixavam a desejar, gerando o questionamento: a quem essas instituições estavam de fato atendendo? As creches oferecidas pelas empresas não correspondiam às necessidades reais das mulheres trabalhadoras, as fissuras são inúmeras, sendo a legislação mais um mecanismo de exclusão do que de inclusão. A disponibilização desses serviços era vista como

⁵⁷ Melo, 1982, p. 11.

um favor, uma concessão, não como um direito coletivo, mas como uma política assistencialista. Mestriner define a prática assistencialista como:

(...) doação de auxílios, revestida pela forma de tutela, de benesse, de favor, sem superar o caráter de prática circunstancial, secundária e imediatista que, no fim, mais reproduz a pobreza e a desigualdade social na sociedade brasileira, já que opera de forma descontínua em situações pontuais. Sempre direcionada a segmentos da população que vivem sob o signo perverso da exclusão, não cumpre a perspectiva cidadã de ruptura da subalternidade. Ao contrário, reitera a dependência, caracterizando-se como política de alívio, por neutralizar demandas e reivindicações. Desconhecendo que sua população-alvo não é a minoria, mas a grande massa populacional de excluídos nos quais se incluem segmentos do próprio mercado formal hoje tão empobrecidos - ela se volta a pequenas parcelas de indivíduos, de forma temporária ou emergencial. Usa da focalização nas piores situações, o seu comportamento usual.⁵⁸

Portanto, ao mesmo tempo que o capital necessita da participação feminina no trabalho produtivo, segue responsabilizando essas mulheres pelo trabalho reprodutivo. Segundo Vogel⁵⁹, essa relação contraditória ocorre porque para o capital “o trabalho doméstico é simultaneamente indispensável e um obstáculo à acumulação”. Sem ele não há força de trabalho, haja vista sua responsabilidade pela manutenção e reposição da classe trabalhadora, e sem força de trabalho não há produção de excedente. Ao mesmo tempo, sua realização por um membro da classe trabalhadora resulta na ausência de pessoas disponíveis para mão de obra e produção de excedente, e, mesmo se o trabalhador se mantiver disponível, pode diminuir seus níveis de produtividade, por gastar sua energia e tempo com as atividades ligadas à reprodução. Por isso, ela afirma que a tendência é a classe capitalista procurar formas de estabilizar a reprodução da força de trabalho por um baixo custo e diminuir o trabalho doméstico, transformando em responsabilidade do Estado aspectos desse trabalho ou aproveitando-se das oportunidades lucrativas que ele pode proporcionar.

Historicamente, como já abordado, a posição do Estado em relação às necessidades sociais no Brasil tem sido a de se colocar como última via, apenas executando ações de cunho emergencial e transferindo suas responsabilidades para a sociedade. No entanto, como apontado pelas fontes, não era de interesse da classe capitalista oferecer um serviço de qualidade para os filhos dessas mulheres, quando sequer o oferecia, e com tantas limitações, pouquíssimas trabalhadoras eram contempladas. Diante dessa conjuntura, coube à classe trabalhadora pressionar o Estado e a classe dominante por melhores condições para a realização da reprodução social. Novamente resgata-se Vogel⁶⁰, pois para ela, ao mesmo

⁵⁸ 2001, p. 16-17.

⁵⁹ 2022, p. 357-358.

⁶⁰ Vogel, 2022, p. 357-358.

tempo que a classe capitalista procura arranjos que a favoreçam no que diz respeito ao trabalho doméstico, a classe trabalhadora também “esforça-se para obter as melhores condições possíveis para sua própria renovação”. Esse processo não é dado, se desenvolvendo a partir das particularidades históricas e dos conflitos de classe de determinada sociedade, ou seja, “são resultados, em vários níveis, da luta de classes”.

A realização do Primeiro Encontro Nacional de Creches foi uma oportunidade propícia para que as trabalhadoras pudessem cobrar o Estado e as empresas não apenas pela aplicação e fiscalização das obrigações presentes na legislação, mas também pela expansão da rede de creches disponíveis para as trabalhadoras, pela municipalização das creches, pela assistência médica, alimentação adequada e desenvolvimento educacional das crianças que estão nesses espaços, pois como deixa bem claro Neusa Nogueira, membro da Diretoria do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, em documento preparado pelo sindicato para o Encontro:

Nós todas sabemos que quando exigimos que o governo, através da prefeitura, instale creches onde moramos, estamos exigindo um direito que é nosso, pois é para isso que pagamos impostos tão altos. Mas o que não podemos esquecer, de maneira alguma, é que com o trabalho estamos dando lucros altíssimos para as empresas e, portanto, elas têm a obrigação social de nos garantir um mínimo de tranquilidade, enquanto produzimos. Portanto, devemos exigir das empresas creches nos locais de trabalho e, das empresas e do governo, creches nos locais onde moramos.⁶¹

Ela ainda aponta que essa luta só seria vencida se houvesse uma organização da classe trabalhadora através das associações, dos sindicatos e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em prol desta reivindicação.

Vale destacar um detalhe importante trazido no discurso da sindicalista: o desenvolvimento educacional das crianças. Historicamente, os debates sobre uma expansão das redes públicas de creche se originam prioritariamente a partir de motivações relacionadas ao incentivo ou cerceamento do trabalho materno, sendo vistas como instituições com o objetivo de substituir as mães que trabalham fora de casa. Dessa forma, a educação dessas crianças era colocada em segundo plano, por isso essa também passou a ser uma reivindicação comum entre as mães que participavam dessa luta.⁶²

Grande parte das mulheres estavam excluídas dos benefícios proporcionados pela legislação, como as trabalhadoras rurais, trabalhadoras autônomas e trabalhadoras domésticas. Diante disso, as estratégias desenvolvidas pela classe trabalhadora quando se viram sem opções institucionais eram variadas, em alguns casos, através das associações, sindicatos e

⁶¹ Nogueira, 1982, p. 4

⁶² Rosemberg, 1984, p. 74

comunidades de bairro, acabaram criando suas próprias creches. No Encontro Nacional de Creches algumas dessas iniciativas foram expostas, entre elas a da Associação Infantil Pé de Pilão do Rio Grande do Sul e da Associação Promocional Holambra de São Paulo.⁶³

A associação gaúcha era organizada por um grupo de jornalistas de Porto Alegre que, por trabalharem sem vínculo empregatício, não podiam exigir convênio dos contratantes. A creche contava com uma equipe formada por pediatra, nutricionista, psicólogo, pedagogo e recreacionista, não tinha fins lucrativos e com o tempo acabou sendo ampliada para funcionários de todos os níveis de empresas de comunicação que solicitavam convênio. Além disso, possuía horários e períodos mais flexíveis que uma creche comum (ver Figura 6), haja vista os horários irregulares da profissão de jornalista. Decisões como o horário de funcionamento, alimentação, orientação pedagógica, pessoal e remuneração dos funcionários foram decididas pela assembleia geral dos pais, mas com o tempo a equipe técnica ganhou mais autonomia nos seus procedimentos.

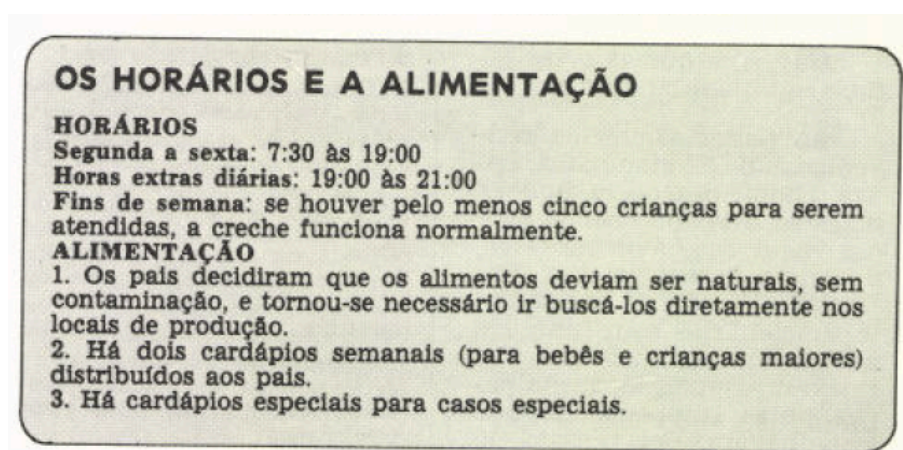


Figura 6: Os horários e a alimentação da creche Pé de Pilão.
Fonte: Caderno do Primeiro Encontro Nacional de Creches, FCC, 1982, p. 8.

Já a creche da associação paulista funcionava através da atuação de voluntárias, atendendo inicialmente apenas os filhos das mulheres que trabalhavam na lavoura ou na Cooperativa Agropecuária de Holambra, mas expandindo para os filhos de mães solteiras, mães inválidas, pais viúvos e oriundos de famílias sem recursos após a obtenção do convênio com o Projeto-Casulo da Legião Brasileira de Assistência (LBA).

Depois de conseguir o convênio com a LBA, a creche da Associação Promocional Holambra começou a funcionar em uma casa cedida pela Cooperativa Agropecuária de Holambra, que passou a subsidiar a iniciativa com verbas anuais. Além disso, a creche

⁶³ Laux, 1982, p. 8-12

também se mantinha a partir das mensalidades de seus associados, doações de holandeses que esporadicamente visitavam a creche, e arrecadações por meio de festas beneficentes. Haja vista o alto número de mães procurando vagas e a falta de recursos da instituição, que utilizava uma casa improvisada e adaptada para as crianças, a associação fez um pedido à Secretaria de Promoção Social para a construção de um prédio novo.

Segundo Mestriner⁶⁴, a Legião Brasileira de Assistência (LBA), criada por Darcy Vargas em 1942 no governo de Getúlio Vargas, tornou-se a instituição de assistência social com maior força durante a Ditadura Militar, ao ser transformada em Fundação e vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, ganhando centralização federal e passando a ser mantida por subvenções da União, dos Estados e dos municípios, apesar de continuar com sua autonomia enquanto pessoa jurídica de direito privado.

A LBA atingiu um grande número de organizações sociais com a ampliação e implementação dos seus programas e projetos através do sistema de convênio, especialmente aqueles relacionados à infância e à maternidade. Entre eles estava o Projeto-Casulo, o qual prestou auxílio para a Associação Promocional Holambra, e tinha como objetivo atender o maior número de crianças possíveis em creches, com custo operacional reduzido e trabalho voluntário, essa iniciativa se apoiava na ideia de controlar as “classes perigosas”, como aponta Rosenberg:⁶⁵

(...) sua ação em prol da infância destinava-se a evitar "a ociosidade e a mendicância, vistos como conseqüência do abandono infantil e da decadência moral do meio" (LBA, Boletim, 1960, p.15). No momento de criação do Projeto Casulo, o discurso da prevenção adquiriu nova conotação: a da segurança nacional, pois os pobres poderiam ameaçar a integração nacional.

Logo, a creche acabou se tornando instrumento das estratégias para controlar e disciplinar a classe trabalhadora. Como bem lembra Cinzia Arruzza, a reprodução social também está relacionada à padronização de comportamentos, predisposições, habilidades, qualificações, sendo em certo sentido “a reprodução da subjetividade e mesmo a internalização das formas de disciplina”⁶⁶. Afinal, “não nascemos com uma propensão natural para trabalhar 8 ou 9 horas por dia ou para prestar atenção em uma aula por 3 horas em uma sala de aula”, nós somos moldados para isso, pois serve aos interesses e exigências do capital.

⁶⁴ 2001, p. 167.

⁶⁵ Rosenberg, 1997, p. 152.

⁶⁶ 2023, p. 621.

2.2. “Se alguém me perguntar o que é creche, eu não sei”: As trabalhadoras rurais reivindicam creches na Paraíba

Conforme já mencionado, quando se aborda a questão da creche e do trabalho feminino nas décadas de 1970 e 1980, é comum encontrar um grande número de pesquisas focadas nas regiões Sul e Sudeste, principalmente em São Paulo, assim como parte expressiva das pesquisas acerca dos movimentos populares deste período. Maria Amélia Teles⁶⁷ e Fúlvia Rosenberg⁶⁸, por exemplo, colocam como marco fundador do Movimento de Luta por Creche o I Congresso da Mulher Paulista realizado na cidade de São Paulo em 1979, apontando sua expansão para o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul posteriormente. Além disso, os principais jornais feministas dessa época estavam localizados nas regiões Sul e Sudeste: o *Brasil Mulher* era produzido no Paraná e depois foi transferido para São Paulo; o *Nós Mulheres*, o *Mulherio* e o *Maria Quitéria* surgiram em São Paulo; e o *Nzinga Informativo* no Rio de Janeiro.

Acerca da proeminência de trabalhos focados nessas localidades, Silvia Petersen⁶⁹ aponta uma tendência acadêmica relacionada à história operária brasileira, que pode ser utilizada para pensar outras linhas de pesquisa: a extensão para o Brasil do que na verdade corresponde a Rio de Janeiro e São Paulo, ou seja, a história regional desses estados ganhou uma dimensão nacional, colocando-os como “centros definidores de sentido” de toda a história brasileira. Dessa forma, ela defende uma articulação entre os estudos regionais, com o intuito de descobrir e/ou se aprofundar nos vínculos inter-regionais e favorecer a história dos processos e dos atores sociais, demonstrando que não é possível alcançar conclusões “nacionais” generalizantes, pois a história da classe trabalhadora não é homogênea, assim como suas experiências. Afinal, segundo Thompson⁷⁰, a classe deve ser analisada em seu contexto específico, a partir da experiência de homens e mulheres concretos, com seus valores, símbolos e práticas, inseridos em determinadas relações de produção. Por isso, a classe se “define a si própria em seu efetivo acontecer”, não há um modelo dado e definitivo ou uma única forma de experienciá-la.

Através da perspectiva da Teoria da Reprodução Social, Bhattacharya⁷¹ também discute esse modelo único e definitivo de classe, apontando para a necessidade de considerar

⁶⁷ 1993, p. 103.

⁶⁸ 1984, p. 77.

⁶⁹ 1997, p. 70.

⁷⁰ 1991, p. 10.

⁷¹ 2023, p. 127.

“sob quais condições e [...] com quais costumes e exigências de vida a classe trabalhadora de qualquer sociedade em particular foi produzida”, pois os produtos e conteúdos de uma cesta com mercadorias básicas para satisfazer as necessidades de reprodução de um trabalhador/trabalhadora modificam-se de acordo com seu gênero, sua raça, sua nacionalidade, sua sexualidade e sua regionalidade⁷². Dessa forma, não é possível definir um trabalhador “universal” quando se pensa a reprodução social, haja vista esses diferentes marcadores sociais.

O mesmo pode ser dito sobre os estudos dos movimentos feministas e das mulheres no Brasil, quando limitados ao Sudeste e às especificidades dessa região, deixando uma lacuna em relação a outras regiões do país que tiveram uma atuação expressiva no contexto nacional, criando os primeiros grupos, associações e ONG's feministas e participando dos grandes eventos, seja lá onde fossem. Por outro lado, novos trabalhos vêm surgindo e renovando a área da História das Mulheres no Brasil, colocando no debate as regiões invisibilizadas e permitindo que “[...] a pluralidade da história não seja obliterada pelas narrativas pretensamente universais, sempre excludentes e estigmatizadoras, criando-se espaços para a expressão diferenciada da memória de todos os setores sociais”.⁷³

A partir de tais constatações, questiona-se: de que forma as trabalhadoras desse Brasil considerado distante dos grandes “centros definidores de sentido” experienciaram os tensionamentos entre o trabalho reprodutivo e produtivo nos anos 1980? Como a necessidade por creches se encaixa nesse contexto? É possível iniciar a construção dessa narrativa a partir das exposições apresentadas no caderno do Primeiro Encontro Nacional de Creches organizado pela Fundação Carlos Chagas.

As falas das mulheres destacadas do documento representam dez estados diferentes do Brasil, entre estes apenas dois estados do Nordeste, Paraíba e Ceará, e dois estados do Norte, Pará e Amazonas. Entretanto, no caso da região Nordeste, apenas um dos relatos é protagonizado por uma mulher da classe trabalhadora, Margarida Maria Alves, presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande na Paraíba. Quem fala acerca do Ceará é Irma Martins da Silveira, chefe da Divisão de Serviço Social da Legião Brasileira de Assistência (LBA), apresentando as diversas iniciativas da instituição para o cuidado das crianças no Estado: o Projeto Casulo, as Creches-lares e o Projeto de Emergência para as Vítimas da Seca.

⁷² O recorte regional não é mencionado pela autora, mas foi adicionado neste trabalho por acreditarmos ser uma categoria útil de análise para se pensar as relações de produção e reprodução no Brasil.

⁷³ Rago, 2009, p. 03 apud Silva, 2022, p. 80.

Na Paraíba, assim como no resto do Brasil, o movimento autodeclarado feminista é inicialmente representado por mulheres escolarizadas e com forte presença no âmbito acadêmico. O primeiro grupo feminista do Estado, o Maria Mulher, foi fundado em 1979 por professoras da Universidade Federal da Paraíba, e outros grupos, como o Raízes de Campina Grande, atuavam também na Universidade Regional do Nordeste, atual Universidade Estadual da Paraíba, mas essas mulheres não se limitavam a esses espaços, desenvolvendo ações em regiões periféricas e com as trabalhadoras rurais, especialmente do Brejo Paraibano.⁷⁴ Acerca do impacto dessa iniciativa, Penha, uma das principais sindicalistas do Estado, afirmou: “As feministas começaram a nos despertar como mulher. Mulher era vista como um objeto, simplesmente como um objeto, um inseto [...] eu acho que o movimento feminista tem uma abertura bem grande com a luta de classes.”⁷⁵

Essa troca gerou uma expansão do debate acerca das relações de gênero, passando a ocupar posição cada vez mais significativa nas discussões dentro dos sindicatos rurais, movimento já iniciado por Margarida Maria Alves e continuado por Maria da Penha Nascimento e outras companheiras que fundaram o Movimento das Mulheres Trabalhadoras do Brejo Paraibano (MMB) e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras da Paraíba (MMT/PB).

A atuação política de Margarida Maria Alves no sindicato de Alagoa Grande teve início com a ocupação do cargo de secretária, posteriormente sendo eleita presidenta pela primeira vez em 1973 e repetindo o feito em 1976, 1979 e 1982, dando continuidade à luta iniciada pelo seu marido, que se afastou da presidência após a deterioração de sua saúde física e emocional, decorrida da perseguição e violências sofridas pelo regime ditatorial.⁷⁶

A batalha da sindicalista em prol dos trabalhadores não se limitava ao homem trabalhador rural, como havia sido feito há tanto tempo, trazendo para a ordem do dia as reivindicações e necessidades das mulheres trabalhadoras rurais, tão negligenciadas. Assim, ao ocupar a posição de liderança, mobilizou a classe trabalhadora para lutar por direito a férias, carteira assinada, 13º salário, repouso remunerado e educação, mas também pela incorporação do salário maternidade, pelo fim da violência doméstica, pela participação ativa das mulheres dentro das lutas sindicais⁷⁷, pela implementação de creches no meio rural e pela promoção da equidade de gênero na sociedade.

⁷⁴ Sobreira, 2017, p. 19, 32.

⁷⁵ Nascimento, Maria da Penha. Ata do I CNTR, 1990, p. 12 *apud* Ferreira, 2017, p. 42)

⁷⁶ Ferreira, 2017, p. 77; Silva, 2022, p. 90.

⁷⁷ Ferreira, 2017, p. 77-83.

Na década de 1980 o número de mulheres filiadas a sindicatos aumentou e os cargos de lideranças eram aos poucos assumidos por elas, mesmo que minoritariamente, o que pode ser exemplificado pela eleição e reeleições de Margarida Maria Alves, uma grande incentivadora da participação feminina nesses espaços de luta, e a atuação do MMT/PB e do MMB. Dessa forma, Margarida Maria Alves é uma figura fulcral do movimento das mulheres e do movimento dos trabalhadores rurais na Paraíba e no Brasil. Segundo Duarte e García

É através da inserção nas esferas de representação sindical de Margarida Maria Alves que as mulheres passaram a enxergar na luta pela terra a possibilidade e a necessidade de mostrarem-se como figuras importantes na luta sindical e provar que sua condição de trabalhadoras rurais era uma condição de exploração na esfera da economia capitalista no campo.⁷⁸

No entanto, vale destacar que a inserção das mulheres nos sindicatos não aconteceu sem estorvos, os homens resistiram à participação feminina nesses espaços, impedindo suas esposas e filhas de se filiarem por acreditarem que era “coisa de homem” e argumentando que a mulher sindicalizada perderia o direito ao casamento. A Paraíba não era exceção, na verdade, na reportagem “O drama da terra no feminino: mulher sindicalizada morre solteira (e outros contos do vigário no meio rural)”, escrita pela jornalista Maristela Mafei no *Mulherio* (1986, p. 6), o estado é apontado como sendo “onde mais vergonhosamente o direito da mulher à sindicalização vem sendo barrado”, sendo expostas situações nas quais as mulheres eram proibidas de participar de sindicatos na região do Brejo Paraibano.

O primeiro município abordado é Araruna, onde o presidente do sindicato, Antônio Fernandes Cordeiro, recusava a filiação das trabalhadoras e espalhava pela região que as mulheres solteiras sindicalizadas perderiam o direito ao casamento. Essa tentativa de desmobilizar a luta das camponesas não ocorreu sem resistência, sendo exposta na matéria a atuação da posseira Antônia Maria da Conceição, que liderou sessenta mulheres interessadas em se sindicalizar contra o posicionamento do líder sindical. Em Alagoinha a decisão da Delegacia Regional do Trabalho de João Pessoa e a orientação da Fetag — Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado da Paraíba a favor da sindicalização das mulheres também era desobedecida. Nesse caso, a líder sindical Luzia Monteiro da Silva recusava a filiação das mulheres porque, segundo ela, “o pagamento da mensalidade sindical pelas mulheres seria um ônus insuportável para a família”.⁷⁹

⁷⁸ 2015, p. 139

⁷⁹ Mafei, 1986, p. 6



Figura 7 - Reportagem acerca da participação das mulheres camponesas no campo.

Fonte: *Mulherio*, ano 6, n. 24, p. 6, jan/fev de 1986

A presença de Margarida Maria Alves no Primeiro Encontro Nacional de Creches evidencia a dimensão da atuação do movimento das mulheres trabalhadoras rurais, que ao participar de diferentes frentes de batalha se negavam a ocupar a posição de subalternidade na qual foram submetidas por tanto tempo e davam visibilidade para suas demandas e necessidades enquanto trabalhadoras e mães. Além disso, sugere o alto nível de capilaridade que o debate sobre a creche atingiu, penetrando diferentes categorias de trabalhadoras e regiões do Brasil.

O pronunciamento da sindicalista é carregado de significado por vir diretamente de uma mulher camponesa, trabalhadora rural e nordestina, revelando a dura realidade encarada por essas mulheres. A única outra fala que deu corpo ao relato sobre as trabalhadoras rurais no evento foi da região de São Paulo, especificamente Holambra, já citada anteriormente. Dessa forma, Margarida traz uma visão pouco abordada dentro do movimento das mulheres nas regiões “centrais” e, pelo que as fontes do Encontro revelam, ela deixa evidente na forma

insegura como inicia sua fala, apontando que talvez algumas pessoas poderiam não entender sua forma de se expressar, por ser matuta e simples.⁸⁰

Esse comentário vindo de uma oradora experiente como a sindicalista, demonstra sua humildade, mas também indica a ausência de outras mulheres camponesas e nordestinas ocupando aquele ambiente, ao ponto dela se sentir intimidada e destoante dentre as companheiras. Afinal, as mulheres camponesas lidavam constantemente com a dificuldade de não serem reconhecidas em espaços de poder e sofriam com a deslegitimação de seus discursos, mesmo participando das lutas lado a lado com seus maridos e companheiros, eram eles que detinham o poder de fala. Resgatando Gayatri Spivak⁸¹, o subalternizado é colocado em uma posição na qual o outro sempre o representa, falando por ele e sobre ele. Partindo de um recorte de gênero, o sujeito feminino subalternizado encontra-se em um nível de obscuridade ainda mais profundo, por ser constantemente silenciado, e mesmo quando consegue falar, não tem sua voz reconhecida pelo outro. Entretanto, como destaca Michelle Perrot⁸², a partir de variadas estratégias, os subalternizados enfrentaram esse silenciamento constante, preenchendo os vazios do poder e as lacunas da História. Assim como as mulheres camponesas, que procuravam desestabilizar essa estrutura a todo momento.

Segundo o relato de Margarida Maria Alves no evento, na região de Alagoa Grande havia apenas três creches, uma na cidade e outras duas localizadas em dois distritos, um número insuficiente para atender todas as mães e crianças necessitadas. Além disso, por falta de orientação e por conta da distância, muitas mães acabavam não procurando uma vaga para os filhos nas poucas creches e escolas existentes. A líder camponesa chega a afirmar que não sabe o que é uma creche, no máximo conhece as fardas usadas pelas crianças que frequentavam as existentes por vê-las andando na rua em direção a instituição.

Para se compreender tal situação deve-se destacar que, como tantas outras cidades nordestinas, Alagoa Grande dependia do trabalho rural como principal fonte de recursos, sendo uma cidade pouco desenvolvida socialmente e economicamente, com um nível de pobreza expressivo⁸³, algo explicitado na seguinte fala de Margarida acerca das crianças camponesas: “Aqueles meninos são dos mais carentes, que faz até pena a gente relatar: uns meninos de barriga grande, e o que tem ali? Lombriga e toda qualidade de doenças!”⁸⁴

⁸⁰ Alves, 1982, p. 13.

⁸¹ Spivak, 2010, p. 65-67.

⁸² Perrot, 2005, p. 10.

⁸³ Ferreira, 2017, p. 77.

⁸⁴ Alves, 1982, p. 14.

Haja vista a ausência de locais destinados a estas crianças, as alternativas disponíveis para as mães eram duas: deixá-los sozinhos em casa ou levá-los para o trabalho. No primeiro caso, os resultados são variados, indo de brincadeiras que geram desentendimentos com os vizinhos a acidentes que podem ser fatais. Ela aponta duas questões que via com recorrência: crianças com queimaduras, as quais as mães têm que recorrer ao hospital mais próximo, cerca de quinze quilômetros de distância da cidade, e brincadeiras com espingarda, que por descuido dos pais acabavam ocasionando a morte de algumas crianças. Em alguns casos, como relatado pelas trabalhadoras da cana em Santa Rita/PB na pesquisa de Neide Miele, a responsabilidade de cuidar dos pequenos acabava passando para a filha mais velha, para as avós ou para alguma vizinha.⁸⁵

No segundo caso, as crianças ficavam no “cabo da enxada”, ou seja, com as mães na roça enquanto elas trabalhavam. A exploração do trabalho infantil era comum neste período, principalmente no meio rural, no qual as crianças ingressavam no trabalho na lavoura para contribuir na manutenção da unidade familiar. Essa prática era justificada e normalizada pelos proprietários de terra, haja vista o aumento da produtividade e, conseqüentemente, dos lucros. Segundo um deles: “Mulher agricultora tem que parir dentro das canas, e os meninos, desde pequenos, devem saber que já nascem devendo o comer que eles mesmos vão plantar”⁸⁶.

Todavia, o trabalho infantil era visto apenas como complementar ao dos adultos, as crianças não recebiam salário propriamente, mas mesmo assim continuavam para ajudar os pais e responsáveis. Por isso, “muitas delas não conseguiam estudar e corriam riscos constantes, tanto do contato com os agrotóxicos, como também com o manuseio do facão para cortar cana, instrumento que deveria ser utilizado por adultos”.⁸⁷ Como aponta Margarida, as crianças mais novas, por ainda não conseguirem ajudar com o trabalho, ficavam brincando próximas às mães (a exemplo da Figura 6, que ilustra o *Mulherio*), ainda assim expostas a vários riscos:

É muito triste, é lamentável a situação da mulher rural. E, muitas delas, vendo o sofrimento dos filhos ficarem, chegar em casa e encontrar filho queimado, prefere levar para o roçado e lá faz um rancho e os meninos menores ficam brincando, fazendo barreirinho d'água, juntando terra etc. e ficam de uma maneira os meninos, que o nariz fica escorrendo, fica todo ferido por causa da poeira, por causa da chuva e do sol que o menino leva, e fica assim muito subnutrido.⁸⁸

⁸⁵ 1985, p. 107.

⁸⁶ Informe de Maria da Penha Nascimento registrado na ata do sindicato de Alagoa Grande em 1976 (*apud* Ferreira, 2017, p. 83);

⁸⁷ Silva, 2022, p. 124-125.

⁸⁸ Alves, 1982, p. 13.

A partir desses relatos, é possível identificar marcas deixadas pela escravização das mulheres negras e indígenas, cujo o trabalho reprodutivo, especificamente a gravidez, era o principal processo de reposição da força de trabalho, mas não isentava as mulheres do trabalho produtivo pesado, mesmo aquelas grávidas ou com crianças de colo, conforme o relato de Davis, que também diz muito sobre a nossa realidade: as “mães eram forçadas a deixar os bebês deitados no chão perto da área em que trabalhavam, outras se recusavam a deixá-los sozinhos e tentavam trabalhar normalmente com eles presos às costas”.⁸⁹ Essa continuidade em relação às mulheres camponesas, muitas inclusive descendentes de indígenas e negras como a própria Margarida, traduz as “as várias nuances de opressões pelas quais passavam as trabalhadoras rurais”.⁹⁰



Imagem 7 - Crianças observam as mulheres trabalharem. Local não identificado. Fonte: Gleide Selma in *Mulherio*, 1981, p. 12-13.

Na lavoura a jornada de trabalho da camponesa era extensa e intensa, chegando a doze ou treze horas, e por vezes continuando no período da noite.⁹¹ Entretanto, essa não era a única jornada de trabalho enfrentada por essas mulheres, como bem destaca Bhattacharya “[...] dentro da família, as mulheres geralmente realizam uma quantidade desproporcional de trabalho em relação aos homens”, e dependendo do meio onde elas estão inseridas, esse trabalho é estendido.⁹² As mulheres camponesas, tinham que se locomover para adquirir água,

⁸⁹ Davis, 2016, p. 21.

⁹⁰ Ferreira, 2017, p. 84.

⁹¹ Alves, 1982, p. 14.

⁹² 2023, p. 634

por exemplo, aumentando as horas de trabalho doméstico e diminuindo o tempo de descanso para retornar ao trabalho rural.

Portanto, em relação ao trabalho produtivo, as mulheres eram vistas como desprovidas de gênero e equiparadas aos homens, e ainda sofriam a opressão de classe junto aos seus companheiros. Por outro lado, eram proibidas ou invisibilizadas dentro dos sindicatos, se levantavam às três horas da madrugada para buscar água e fazer o café para o marido e para as crianças, e depois, enquanto trabalhavam com a enxada, tinham que se preocupar com o bem-estar das crianças, seja próximas a elas no espaço de trabalho ou em casa sem a supervisão de responsáveis.⁹³ Dessa forma, nessa dinâmica, quando necessário, eram reduzidas exclusivamente ao gênero, sendo responsabilizadas por todo o trabalho reprodutivo e restringidas ao espaço privado.

Segundo Neide Miele⁹⁴, a participação crescente da mão de obra feminina e infantil na produção de cana de açúcar nesse período ocorre por conta do processo de modernização da agricultura e a expansão da produção canavieira com a implantação do Proálcool, que resultou na expulsão dos trabalhadores das terras e a transformação destes em assalariados e residentes das periferias das cidades.

A partir dos anos 60, onde se intensifica a liberação da mão de obra rural, transformando os moradores que até então tinham a alternativa do roçado como um dos meios de suprir as necessidades básicas da família, em assalariados puros, fez com que um maior número de componentes da unidade familiar tivessem que se assalarar a fim de garantir sua subsistência e sua reprodução. Aliado a este processo, um outro veio intensificar a utilização da mão de obra feminina e infantil na monocultura canavieira. O processo de modernização, via incentivos do PROÁLCOOL - Programa Nacional do Álcool - que foi instituído pelo Governo Federal através do Decreto nº 76.593, de 14 de novembro de 1975, visando o atendimento das necessidades do mercado interno e externo, para fins carburantes em substituição à gasolina, devido a crise mundial ocasionada pelos altos custos do petróleo.

Assim, na maioria dos casos, as mulheres participavam do processo de produção nos canaviais como assalariadas, ganhando menos que os homens, trabalhavam na obtenção dos meios de subsistência, plantando e colhendo, e preparavam esses bens para que pudessem ser consumidos. Elas também educavam e cuidavam das crianças e outros membros da classe trabalhadora, como o marido e aqueles impossibilitados de trabalhar na produção. Além disso, eram responsáveis por todo o processo de reposição geracional, a gestação, lactação, parto e

⁹³ Alves, 1982, p. 13

⁹⁴ 1985, p. 87.

criação das crianças. Entretanto, todo esse trabalho, tanto produtivo quanto reprodutivo, não era reconhecido, como exposto na fala do tesoureiro da CUT-PB, Luiz Silva:

(...) na Paraíba, a mulher cava, planta o milho, o algodão, mas ganham menos só porque os patrões acham, avaliam que seu trabalho é menos pesado. Mas elas produzem mais. Na área de cana os homens empreitam: eles levam a mulher, os filhos até de menor e só quem ganha é o homem. O trabalho da mulher é muito desvalorizado e é muito massacrante: colocar o adubo no plantio da cana, carregar água para os trabalhadores, etc...⁹⁵

Desse modo, o aumento da mão de obra feminina nos canaviais trouxe grandes modificações à condição da camponesa enquanto mulher e trabalhadora, à organização familiar e à reprodução social no campo. A unidade familiar segue sendo a estrutura que sustenta a economia rural, na qual a figura de maior autoridade é o chefe de família, mas a divisão entre o âmbito privado e público tornam-se cada vez mais nítidas, aumentando os debates acerca da distinção entre o trabalho produtivo - as tarefas agrícolas - e o reprodutivo - as atividades domésticas e a educação dos filhos - entre as trabalhadoras.

Para manter a unidade familiar funcionando, estabilizando a reprodução da força de trabalho e oferecendo a quantidade necessária de trabalho, a classe dominante incentiva a supremacia masculina dentro das famílias⁹⁶, desvalorizando o trabalho reprodutivo e produtivo realizado pelas mulheres. Consequentemente, a imagem do chefe de família acaba extrapolando “o espaço doméstico e muitas vezes impõe-se, negando a participação das mulheres nas decisões nas cooperativas, nos bancos, nas associações de produtores e nos sindicatos”.⁹⁷

Essa dinâmica é reproduzida na legislação trabalhista rural, a Lei 5889/1973, a qual não contempla a condição de gênero da trabalhadora do campo, igualando-a ao homem no que diz respeito aos direitos e obrigações e ignorando suas especificidades enquanto mulher. Assim, impossibilitadas de recorrer à já limitada legislação relacionada à creche da CLT, porque os trabalhadores rurais ainda não haviam sido equiparados aos trabalhadores urbanos em direitos, as camponesas viam-se sem opções para o cuidado de seus filhos. Margarida reitera isso:

Não é que eles façam aquilo porque quiseram fazer, é justamente porque têm falta de assistência, porque realmente as mães não podem dar assistência aos filhos. Não é porque elas não queiram. É porque não podem, quer dizer, ela não quer ver o menino morrer de fome, então ela vai, às vezes ganhar um diazinho de serviço com uma

⁹⁵ CUT, 1991, p. 45 apud Silva, 2022, p. 125.

⁹⁶ Vogel, 2022, p. 340.

⁹⁷ Giuliani, 2007, p. 646.

pessoa mais melhorzinha, como seja aqueles que têm mais condições de vida, e outras vão para o grande latifundiário.⁹⁸

Margarida Maria Alves foi brutalmente assassinada em 12 de agosto de 1983, crime encomendado por fazendeiros do Grupo da Várzea, responsáveis também pelo assassinato do líder das Ligas Camponesas de Sapé, João Pedro Teixeira, em 1962. No entanto, outras mulheres que recusavam o silenciamento destinado a elas dentro dos sindicatos continuaram a luta da camponesa, representadas pelo MMB e o MMT/PB, entre elas Maria da Penha Nascimento.

Haja vista as dificuldades enfrentadas dentro dos sindicatos pelas mulheres já apontadas anteriormente, o Movimento de Mulheres do Brejo (MMB) surge em 1986 a partir das inquietações das mulheres camponesas do Sindicato Rural de Alagoa Grande com essa realidade. Posteriormente se uniu ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras da Paraíba, com sede em Píripituba, estruturado na ideia de “criar um espaço político diferente do existente para as mulheres no seio da Igreja Católica e das Pastorais Rurais”.⁹⁹

Essas mulheres fortaleciam laços, compartilhavam suas dificuldades e se organizavam em prol de reivindicações semelhantes através de encontros e reuniões entre as militantes de ambos os movimentos. Esta luta é destacada na reportagem do *Mulherio* escrita por Maristela Mafei, já mencionada anteriormente, acerca da exclusão das mulheres nos sindicatos rurais do Brejo Paraibano:

As mulheres paraibanas decidiram enfrentar estes problemas atuando em várias frentes. Primeiro, denunciaram as atitudes ilegais e arrogantes dos “pelegos” à DRT de João Pessoa e pediram apoio formal, via ofício, à CUT, Conclat e Contag. Destas, ainda aguardam resposta. Segundo, denunciaram as discriminações nas assembleias locais de suas comunidades, igrejas e movimentos de resistência pela posse da terra, muito comuns na Paraíba. E por fim, colocaram o tema para ser debatido com prioridade no I Congresso Estadual da Mulher Paraibana, realizado nos dias 7 e 8 de março em Guarabira, em promoção da Secretaria da Mulher da CUT da Paraíba e do Movimento de Mulheres do Brejo Paraibano.

Entre as entidades que dão respaldo a essa luta destacam-se o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande e o Movimento das Mulheres do Brejo Paraibano, que se reúne periodicamente na cidade de Guarabira.¹⁰⁰

A partir das fotografias feitas por Maristela Mafei, reproduzidas abaixo, é possível observar as principais demandas tratadas pelas trabalhadoras rurais no I Encontro de Mulheres Trabalhadoras da Paraíba, realizado nos dias 07 e 08 de março de 1986 em Guarabira/PB, e na comemoração do Dia Internacional da Mulher nessa mesma data: reforma agrária, respeito,

⁹⁸ Alves, 1982, p. 13

⁹⁹ Duarte; García, 2015, p. 137.

¹⁰⁰ Mafei, 1986, p. 6.

direitos iguais e creche. As faixas reforçam como para a trabalhadora rural as questões de classe e gênero estavam imbricadas, pois mesmo em datas relacionadas à emancipação da mulher, a reforma agrária e o direito pela terra são evidenciados. Para elas, a emancipação da mulher camponesa era indissociável da sua posição enquanto trabalhadora rural.



Figura 8 - Trabalhadoras rurais nas ruas de Guarabira/PB no Dia Internacional da Mulher.

Fonte: Maristela Mafei in *Mulherio*, ano 6, n. 25, mar/ago, p. 9, 1986.



Figura 9 - Trabalhadoras rurais nas ruas de Guarabira/PB no Dia Internacional da Mulher.

Fonte: Maristela Mafei - Arquivo pessoal de Luzia Ferreira in Silva, 2022, p. 113.

Além disso, a socialização do trabalho reprodutivo, através de instituições como a creche, também era trazida como essencial nesse processo de emancipação e libertação, haja vista o peso desse trabalho sobre as mulheres, útil para mantê-las em posição de subalternidade dentro da sociedade capitalista. Por isso, através desses movimentos, Maria da Penha do Nascimento e suas companheiras do MMB buscavam “conscientizar as

trabalhadoras do campo que elas também tinham direito à creche e educação para seus filhos”.¹⁰¹

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na obra *Teoria da Reprodução Social*, a historiadora Tithi Bhattacharya¹⁰² posiciona a estrutura da reprodução social como sendo a chave para o “desenvolvimento de uma compreensão suficientemente dinâmica da classe trabalhadora”, dando um senso de totalidade social à classe ao ultrapassar os muros da fábrica e ampliar essa noção para aqueles que não estão direta e abertamente envolvidos na dinâmica “capital vs trabalho remunerado”. Para ela, isso faz-se necessário para possibilitar e fortalecer um sentimento de solidariedade entre todos os membros da classe trabalhadora, integrando as diferenças de gênero, raça, etnia e/ou nacionalidade:

Essa visão integrativa da classe agrupa em um mesmo conceito a trabalhadora temporária latina em um hotel em Los Angeles; a mãe que trabalha em horário flexível em Indiana e precisa ficar em casa devido aos altos custos dos cuidados infantis; a professora afro-estadunidense de Chicago, que leciona em período integral; e o trabalhador branco, homem e desempregado do United Auto Workers de Detroit. No entanto, eles se agrupam não em competição entre si, como seria em uma visão mercadológica da classe trabalhadora, mas em solidariedade. Com base nessa visão, a organização estratégica pode reintroduzir a ideia de que um golpe na professora de Chicago é, na verdade, um golpe em todos os outros. Quando restauramos um senso de totalidade social à classe, imediatamente começamos a reformular a arena da luta de classes.

Com base nisso, ela aponta variados momentos históricos nos quais as organizações defensoras dos interesses de classe, como os sindicatos, se fizeram ausentes, e outros movimentos sociais externos a elas carregaram bandeiras de luta voltadas para necessidades da classe trabalhadora que essas instituições ignoravam ou não percebiam. Assim, demonstra-se o potencial mobilizador de lutas que incluem os trabalhadores, mas não estão puramente limitadas ao trabalho remunerado.

Portanto, a partir das constatações postas no decorrer deste trabalho, interpreta-se que os movimentos populares das décadas de 70 e 80, mesmo aqueles que não se declaravam movimentos dos trabalhadores propriamente ditos, traziam demandas e reivindicações de interesse dessa classe e, a partir de trocas entre si, expandiram os seus laços de solidariedade e se fortaleceram em um contexto de repressão e vulnerabilidade socioeconômica. Inclusive, a

¹⁰¹ Silva, 2022, p. 125.

¹⁰² 2023, p. 120.

visão de que a classe trabalhadora é composta apenas por aqueles no chão da fábrica que lutam por melhores condições de salários e jornadas de trabalho, ocasionou conflitos entre esses movimentos em determinados momentos, gerando um afastamento entre as lutas ao invés de uma aproximação que poderia ter sido mais benéfica para todos.

A creche foi uma das pautas que conseguiu ter essa capacidade unitária, atingindo o movimento feminista, o movimento das mulheres e o movimento dos trabalhadores representados por sindicatos urbanos e rurais, potencializando a pressão exercida sobre as empresas e o Estado, que ofereciam um serviço insuficiente e, por vezes, precário, não atendendo as necessidades reais das mães.

De amplo e duradouro alcance nacional, o jornal *Mulherio*, junto a outros impressos feministas da época, enfrentou o comum silenciamento posto às mulheres ao tornar-se uma das plataformas utilizadas para questionar a divisão generificada entre trabalho produtivo e reprodutivo e os diversos instrumentos de opressão de gênero presentes na sociedade de classes, propondo possibilidades de desconstrução de tais noções tão naturalizadas no corpo social e pensando em um trabalho reprodutivo coletivizado, indo do cuidado da criança no dia a dia para a instituição de uma rede de creches que conseguisse suprir tais necessidades.

A dimensão foi tamanha que resultou no Primeiro Encontro Nacional de Creches, reunindo trabalhadoras de todo o país e permitindo um intercâmbio de ideias e experiências entre essas mulheres. O evento proporcionou não apenas a socialização de conhecimentos sobre cuidado com as crianças, uma análise crítica da legislação brasileira, da atuação estatal e das empresas e do trabalho reprodutivo atribuído às mulheres, mas também das variadas estratégias desenvolvidas pela classe trabalhadora na luta pelo direito à creche no meio rural e urbano, através das associações, sindicatos e comunidades de bairro.

Entre as presentes estava Margarida Maria Alves, compartilhando com essas mulheres, em sua maioria de origem urbana no Sul ou Sudeste, as vivências e experiências específicas das trabalhadoras rurais, uma realidade pouco visibilizada no movimento das mulheres e dos trabalhadores. A presença da sindicalista demonstra que as mulheres paraibanas alimentaram essas conexões regionais, participando de momentos de trocas e expandindo suas reivindicações para o panorama nacional. Sendo assim, é inegável o protagonismo das mulheres rurais no movimento feminista/das mulheres e no movimento dos trabalhadores no cenário paraibano e brasileiro, haja vista as diferentes frentes nas quais atuaram e o impacto de suas ações tanto no campo, quanto na cidade.

Diante disso, destaca-se a importância do reconhecimento de diferentes arenas de luta da classe trabalhadora, indo além do local de trabalho, do trabalhador assalariado, do trabalho

produtivo e do meio urbano, reconhecendo a reprodução social como espaço fecundo para a articulação entre diferentes tipos de lutas que incluem os trabalhadores “(...) remunerados e não remunerados, homens e mulheres, brancos e não brancos, cidadãos locais e imigrantes”.¹⁰³

Outrossim, observar esse passado possibilita uma reflexão acerca das diferentes estratégias utilizadas pelos movimentos sociais em prol de melhores condições de reprodução social, “por arranjos pessoais que permitam às pessoas de todas as classes, gêneros, sexualidades e raças combinar atividades reprodutivas sociais com um trabalho seguro, interessante e bem remunerado”.¹⁰⁴ Concomitantemente, enfocar no posicionamento estatal em relação a tais demandas, revela as variadas formas em que o Estado priorizou os interesses do capital, algo de grande relevância para o contexto atual de um capitalismo neoliberal e globalizado, que precariza os serviços públicos e lucra com tais necessidades ao privatizá-las.

Dessa forma, integrar a mobilização das mulheres na década de 80 à essa história ampliada da classe trabalhadora, nos ajuda a compreender como esse sistema utilizou as categorias sociais, ou seja, as diferenças dentro da própria classe trabalhadora, para o seu benefício e expansão. Nesse caso, ao restringir a mulher ao espaço doméstico e responsabilizá-la pelo trabalho reprodutivo sem gerar dispêndios para os capitalistas, incentivou a supremacia masculina e a opressão de gênero dentro da classe trabalhadora. Afinal, segundo Bhattacharya, o processo de acumulação “não é indiferente às categorias sociais de raça, sexualidade ou gênero; ao contrário, procura organizar e moldar essas categorias, que, por sua vez, agem sobre a forma determinada de extração de trabalho excedente”.¹⁰⁵

Por fim, revisitar a história do movimento das mulheres como parte da História das Mulheres e da História Social do Trabalho nos ajuda a entender a historicidade dessas diferenças em vários níveis de discursos, atividades, espaços, do privado e do público, político e doméstico, do social e da economia, como indica Michelle Perrot.¹⁰⁶ Além de evidenciar a ação desses sujeitos na História, que apesar da opressão e dominação, se negaram a assumir uma posição de submissão e passividade, deixando vestígios que as historiadoras e historiadores precisam se preocupar em procurar e reencontrar.

¹⁰³ Mohandesj; Teitelman, 2023, p. 71-72.

¹⁰⁴ Fraser, 2023, p. 62.

¹⁰⁵ 2023, p. 147.

¹⁰⁶ 2009, p. 114.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi. Teoria da Reprodução Social: elementos fundamentais para um feminismo marxista. **Contemporânea**, São Carlos - SP, v. 13, n. 2, p. 619-651, Maio/Ago, 2023.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

BHATTACHARYA, Tithi. Como não passar por cima da classe: reprodução social do trabalho e a classe trabalhadora global. In: BHATTACHARYA, Tithi (org.). **Teoria da Reprodução Social**. São Paulo: Elefante, 2023.

BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Violações de direitos humanos dos trabalhadores. In: *Relatório* – Vol. 2: textos temáticos. Brasília: CNV, 2014, p. 57-88. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br>>. Acesso em: 17 de Agosto de 2025.

BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Diário Oficial da União: seção 1, Rio de Janeiro, 9 de Agosto de 1943. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em: 17 de Agosto de 2025.

BRASIL. Decreto nº 21.417-A, de 17 de maio de 1932. Regula as condições do trabalho das mulheres nos estabelecimentos industriais e comerciais. Diário Oficial da União: seção 1, Rio de Janeiro, 17 maio 1932. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21417-a-17-maio-1932-591826-norma-pe.html>>. Acesso em: 17 de Agosto de 2025.

CAMPOS, Maria Malta Campos. Fúlvia Rosemberg (1942-2014). **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, v. 44, n. 153, Setembro, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/198053140020>>. Acesso em: 15 de Agosto de 2025.

CORREA, Larissa Rosa; FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. As falas de Jerônimo: Trabalhadores, sindicatos e a historiografia da ditadura militar brasileira. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 23, n. 43, p. 129-151, jul. 2016

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo: uma história a ser contada. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. 5 ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

DUARTE, Emmy Lyra; GARCÍA, María Franco. Movimentos de mulheres trabalhadoras no estado da Paraíba: Gênero e autonomia. **InterEspaço**, Grajaú/MA, v. 1, n. 3, p. 132-151, 2015.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.

FERREIRA, Ana Paula Romão de Souza. **Margarida, Margaridas: memória de Margarida Maria Alves (1933-1983) através das práticas educativas das Margaridas**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2017.

FORD FOUNDATION. Our Work Around The World - Brazil. Ford Foundation, 2025. Disponível em: <<https://www.fordfoundation.org/our-work-around-the-world/brazil-pt/historia/>>. Acesso em: 08 de Outubro de 2025.

FRASER, Nancy. Crise do cuidado? Sobre as contradições socio-reprodutivas do capitalismo contemporâneo. In: BHATTACHARYA, Tithi (org.). **Teoria da Reprodução Social**. São Paulo: Elefante, 2023.

FREITAS, Viviane Gonçalves. **DE QUAL FEMINISMO ESTAMOS FALANDO? Desconstruções e reconstruções das mulheres, via imprensa feminista brasileira, nas décadas de 1970 a 2010**. 2017. 180 p. Tese (Doutorado) em Ciência Política - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS (FCC). *Mulheres, trabalho e família* [planilha eletrônica]. Séries Históricas, Série 2. São Paulo: FCC, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.fcc.org.br/repositorios/trabalho-mulheres/detalhes/?serie=2>>. Acesso em: 15 de Agosto de 2025.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS (FCC). Quem somos. Fundação Carlos Chagas, 2025. Disponível em: <<https://www.fcc.org.br/institucional/conheca>>. Acesso em: 8 de Outubro de 2025.

GIULIANI, Paola Cappellin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2007. p. 491–514.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Em 2022, mulheres dedicaram 9,6 horas por semana a mais do que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas. Agência de Notícias, 11 ago. 2023. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37621-em-2022-mulheres-dedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais-do-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>>. Acesso em: 14 set. 2025.

LOBO, Elisabeth Souza. **A classe operária tem dois sexos**. 3 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Editora Expressão Popular, 2021.

LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza. **História da imprensa no Brasil**. 2. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. São Paulo: Cortez, 2001.

MIELE, Neide. **A mulher na palha da cana**. 1985. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1985.

MOHANDESI, Salar; TEITELMAN, Emma. Sem reservas. In: BHATTACHARYA, Tithi (org.). **Teoria da Reprodução Social**. São Paulo: Elefante, 2023.

MONTEIRO, Thiago Nunes. **“Como pode um povo vivo viver nesta carestia”: O Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982)**. 2015. 247 f. Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

NORONHA, Heloisa. Acesso desigual a creches se amplia entre ricos e pobres no Brasil. CNN Brasil, São Paulo, 11 ago. 2025. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/educacao/acesso-desigual-a-creches-se-amplia-entre-ricos-e-pobres-no-brasil/>>. Acesso em: 14 set. 2025.

PERROT, Michelle. História (sexuação da)*. In: HIRATA, Helena et al. (orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

PERROT, Michelle. **As mulheres, ou, os silêncios da História**. Bauru, SP: Edusc, 2005.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Ainda o movimento operário como objeto historiográfico. **Anos 90**, Porto Alegre, n.8, 1997. p. 62-78.

RAGO, Margareth. Os feminismos no Brasil: dos anos de "chumbo" à era global. **Labrys – Revista de Estudos Feministas**, Brasília/Montreal/Paris, n. 03, 2003. Disponível em: <http://www.tanianavarroswain.com.br/labrys/labrys3/web/bras/marga1.htm>. Acesso: 15 de Agosto de 2025.

ROSEMBERG, Fúlvia. A LBA, O Projeto Casulo e a Doutrina de Segurança Nacional. In: Freitas, Marcos Cezar de (org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora. 1997.

ROSEMBERG, Fúlvia. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 51, p. 73-79, Nov., 1984.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970–80)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. **Corpos para o Capital: acidentes de trabalho, precarionismo e reabilitação profissional durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)**. 1 ed. Jundiaí [SP]: Paco Editorial, 2019.

SILVA, Janaina Vicente da. **As mulheres vão à luta: experiência e resistência da paraibana Maria da Penha Nascimento Silva (1970-1991)**. 2022. 181 p. Dissertação (Mestrado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.

SOBREIRA, Dayane. **A Cunhã Coletivo Feminista: subjetividade, história e feminismo na Paraíba (1990-2015)**. 2017. 123 p. Dissertação (Mestrado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve História do Feminismo no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VOGEL, Lise. **Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

ZANLORENSSI, Gabriel; GOMES, Lucas. Qual é a demanda por vagas em creche no Brasil. Nexo Jornal, 23 set. 2020. Disponível em: <<https://pp.nexojornal.com.br/dados/2020/09/23/qual-e-a-demanda-por-vagas-em-creche-no-brasil>>. Acesso em: 14 set. 2025.

REFERÊNCIAS FONTES DOCUMENTAIS

ALVES, Margarida Maria. Rural. In: FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. *Creche – Suplemento dos Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 43, p. 13-14, novembro, 1982.

CAMPOS, Maria Machado Malta. Uma terra de ninguém, que pode ser de todos. *Mulherio*, São Paulo, Ano 1, n. 4, novembro/dezembro, 1981, p. 11.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Apresentação. In: *Creche – Suplemento dos Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 43, p. 2, novembro, 1982.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Legislação. In: *Creche – Suplemento dos Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 43, p. 3, novembro, 1982.

LAUX, Rosvita Saueressig. Categorias profissionais. In: FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. *Creche – Suplemento dos Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 43, p. 8, novembro, 1982.

MAFEI, Maristela. O drama da terra no feminino: mulher sindicalizada morre solteira (e outros contos do vigário no meio rural). *Mulherio*, São Paulo, Ano 6, n. 24, janeiro/fevereiro, 1986, p. 6.

MAFEI, Maristela. *Mulherio*, Ano 6, n. 25, mar/ago, p. 9, 1986.

MELO, Regina Maria Nascimento. Fábrica. In: FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. *Creche – Suplemento dos Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 43, p. 11, novembro, 1982.

Mães: difícil é lidar com a culpa. *Mulherio*, São Paulo, Ano 1, n. 4, novembro/dezembro, 1981, p. 14.

Mulherio. São Paulo, Ano 1, n. 4, novembro/dezembro, 1981, p. 1.

NOGUEIRA, Neusa. Sindicato. In: FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. *Creche – Suplemento dos Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 43, p. 4-5, novembro, 1982.

Pais: o privilégio de trocar fraldas. *Mulherio*, São Paulo, Ano 1, n. 4, novembro/dezembro, 1981, p. 15.

Quem pariu Mateus que o embale. *Mulherio*, São Paulo, Ano 1, n. 4, novembro/dezembro, 1981, p. 10.

THOMÉ, Sônia Raquel Guindani. Ministério do Trabalho. In: FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. *Creche – Suplemento dos Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 43, p. 6-7, novembro, 1982.

WAGEMAKER, Regina. Rural. In: FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. *Creche – Suplemento dos Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 43, p. 12, novembro, 1982.